

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	15
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	48
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	58
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi aprovada pelo seu Conselho e Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2018.

### (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos das companhias do Grupo JSL, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de tais riscos.

#### i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 7 (sete) grupos:

- i) Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
- ii) Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.
- iii) Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).
- iv) Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- v) Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.
- vi) Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros, em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.
- vii) Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

#### ii. os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de riscos da Companhia é baseado na metodologia COSO, versão 2017 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e busca (i) integração com as

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

normas ISO 9001 e ISO 31000, (ii) adequação da governança, e (iii) gestão de tecnologia da informação alinhada aos padrões do COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*). O processo de gestão de riscos da Companhia é composto por 06 (seis) etapas:

- i) Identificação dos riscos: definição do conjunto de eventos, externos e/ou internos, que podem impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis, por meio da atividade de *self assessment*, que consiste na realização de entrevistas conduzidas pela área de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da JSL S.A. Esse processo é continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia;
- ii) Análise dos Riscos: verificação da origem dos eventos, causas, consequências e a probabilidade de efetivação das referidas consequências para cada um dos riscos identificados;
- iii) Avaliação dos Riscos: avaliação dos impactos em caso de eventual ocorrência do risco, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis, classificando-os de forma qualitativa entre graus: Baixo, Médio ou Alto. Os dados são posteriormente inseridos na Matriz de Riscos 3x3, que irá calcular o risco inerente;
- iv) Tratamento dos Riscos: definição sobre qual será o tratamento adotado, considerando, de acordo

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

com o grau de *Apetite a Riscos* da Companhia, as seguintes possibilidades: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar, e adoção de plano de trabalho para melhoria dos controles internos nas áreas selecionadas, cujas etapas são acompanhadas pelo Comitê de Riscos da JSL S.A.;

- v) Monitoramento dos Riscos: verificação da eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obtenção de informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos, por meio de avaliações contínuas e imparciais; e
- vi) Informação e comunicação: comunicação clara e objetiva a todas as partes interessadas sobre os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, para garantir o entendimento da situação atual e a eficácia dos planos de ação e realização de teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, por meio de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – *American Institute Of CPAs* – Instituto Americano de Contadores.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é atualmente realizado de forma integrada com as estruturas de gerenciamento de riscos da JSL S.A., que são encarregadas de administrar os riscos envolvendo o Grupo JSL, bem como seus administradores e empregados.

O gerenciamento de risco envolve as seguintes estruturas:

- i. Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é o órgão central do sistema de governança e o principal responsável pela perenidade da Companhia e a criação de valor ao longo prazo. Cabe ao Conselho de Administração:
  - avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade.
  - zelar para que a Diretoria Executiva possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (*compliance*) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;

- definir o nível de apetite a riscos da Companhia;
- garantir que o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo; e
- aprovar futuras revisões da Política de Gerenciamento de Riscos.

ii. Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos: O Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. O Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos é responsável por, dentre outras matérias:

- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente para a elaboração de auditoria externa ou para qualquer outro serviço relacionado ao escopo de auditoria;
- monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência (conflito de interesse com as demais áreas) e avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do conselho de administração;
- acompanhar os resultados da auditoria interna da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as ações necessárias para aperfeiçoá-la;
- definir os riscos prioritários da Companhia;
- aprovar o planejamento anual das áreas de gestão de riscos da Companhia;
- avaliar a efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos; e
- avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos.

iii. Administração. A Administração da Companhia, composta por seus diretores, gerentes-gerais, gerentes e qualquer outra pessoa que tenha função de gestão dentro da Companhia, é responsável por:

- assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- auxiliar a Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de autoavaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- planejar ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas em até 15 (quinze) dias úteis após o envio da comunicação formal das ações enviadas pela Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia; e
- prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia sempre que solicitado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iv. Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável por:

- avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração da Companhia sobre essa avaliação;
- garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração da Companhia, dos Comitês (estatutários ou não), do Conselho Fiscal, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

v. Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade. A Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia é responsável por:

- liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar tais riscos;
- definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação;
- preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos e submetê-los ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- apoiar os Administradores da Companhia na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos;
- reportar, de modo transparente, as informações relacionadas às suas atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- liderar os trabalhos de monitoramento de riscos de conformidade com a finalidade de mitigá-los e preveni-los, bem como orientar os funcionários da Companhia e terceiros sobre as normas da Companhia.
- preparar relatórios de monitoramento dos riscos de conformidade para o Comitê de Riscos da JSL S.A.;
- apoiar os administradores na definição dos planos de ação necessários para o tratamento dos riscos de conformidade; e
- avaliar e apontar os riscos para validação da Diretoria Executiva da Companhia das obrigações que envolvam o tema conformidade impostas por clientes e terceiros.
- monitorar eventuais não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis;
- atualizar as diretrizes do Código de Conduta e disseminá-las entre funcionários e terceiros;
- reportar ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A.: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) investigações acerca de denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias; c) sugestões de melhorias;
- auxiliar a avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o Canal de Denúncias da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;

avaliar as cláusulas de conformidade dos contratos celebrados pela Companhia;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- avaliar e apontar à Diretoria Executiva da Companhia eventuais riscos decorrentes das obrigações relacionadas a temas de integridade impostas à Companhia por clientes e/ou terceiros; e
- Com o auxílio da área de Auditoria Interna:
  - i. aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
  - ii. reportar-se, por meio do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos, ao Conselho de Administração da Companhia; e
  - iii. investigar denúncias e/ou indícios de fraude ou descumprimento das políticas internas da Companhia, por meio de análise dos resultados obtidos nos testes de investigação e por meio do canal de denúncias da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares.

Ademais, a estrutura de gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia também se reporta aos Comitês de Riscos e de Auditoria da JSL S.A., em especial nas questões atinentes à gestão dos riscos do Grupo JSL e para a consolidação de demonstrações financeiras.

**(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos, conforme atribuições descritas no item 5.1.(iii).

Desta forma, a Administração entende que a estrutura de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia está adequada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos, além de continuamente realizar investimentos financeiros de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e se adequar às melhores práticas de mercado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia utiliza a política de gerenciamento de risco de mercado da JSL S.A., na qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A. no dia 12 de fevereiro de 2019, que é amplamente aplicável para a Movida Participações S.A. Ademais, a Companhia tem como prática analisar e monitorar constantemente esses riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, e implementar processos e instrumentos necessários para o gerenciamento dos mesmos, conforme descrito abaixo. Além disso, conforme informado no item 5.1 deste formulário a Companhia utiliza a Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de maio de 2018 que estabelece diretrizes para o processo de gestão de riscos, na empresa, inclusive o risco de mercado, possibilitando a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos.

**(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política é a gestão do risco financeiro das sociedades do Grupo JSL, tendo como foco o risco de mercado e contraparte. A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais, além de seguir os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e do exterior.

Assim, estabelece políticas e limites que norteiam as ações das áreas envolvidas na execução das operações de hedge, obedecendo os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da JSL S.A e aplicáveis às sociedades do Grupo JSL, incluindo a Movida Participações SA.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- Componentes da Política:
  - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
  - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- Processo de gestão:
  - Análise das posições do balanço patrimonial;
  - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
  - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
  - Comunicação das estratégias executadas;
  - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:

A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

**i. Riscos para os quais se busca proteção.**

A Companhia busca proteção para todos os riscos descritos no item 4.2.

*Risco de crédito*

Quanto ao risco de crédito, o segmento de locações de veículos leves (Movida), possui uma estrutura

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

própria, com uma ferramenta para análise e avaliação de risco de crédito, onde são realizadas avaliações periódicas dos clientes, sendo atribuídos um score de crédito a cada cliente baseado nas informações fornecidas por eles e as disponíveis no mercado. Dessa forma, é atribuída uma capacidade a cada cliente e concedido um limite de risco ao cliente. São realizados controles das utilizações dos limites pelos clientes, onde são limitadas a sua utilização de serviços

Adicionalmente a empresa realizada todo o acompanhamento de seu portfólio de crédito, observando a capacidade de pagamentos de seus clientes, bem com o seu histórico de relacionamento comercial de longo prazo, a diversificação do segmento de atuação de forma a evitar a concentração em determinado setor econômico, sendo que a concentração majoritária de seu risco se encontra na classificação de baixo risco.

*Risco de inflação*

Os contratos de serviços prestados pela Companhia possuem fórmula paramétrica de indexação dos seus custos com reajuste anual.

*Risco de oscilações nas taxas de juros*

Nos termos da Política, no que tange a taxa de juros, a Companhia entende que a indexação de taxas pós-fixadas é a que proporciona a melhor aderência ao valor real do dinheiro. Sendo assim, a remuneração dos passivos e ativos financeiros terá como padrão taxas pós-fixadas como o CDI, ou indexadas a índice de inflação. Os instrumentos financeiros afetados pela taxa de juros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, que estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de juros, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições a taxas de juros serão mensuradas mensalmente conforme os métodos descritos na Política;
- exposições a taxas de juros e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras;
- para fins de mitigação dos riscos de juros, a Companhia poderá adotar o hedge natural entre ativos e passivos com a mesma indexação, ou seja, operações de hedge com instrumentos derivativos poderão ser contratadas sobre o saldo líquido da exposição de juros.

**ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).**

A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dará em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e nos termos da Política.

**iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).**

A Companhia pode avaliar diferentes instrumentos que tenham melhor efetividade, aumentem a liberdade de decisão com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa, sendo a sua contratação subordinada a aprovação do Conselho de Administração.

A contratação de um derivativo / instrumento de proteção patrimonial é subordinada a aprovação do



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Conselho de Administração, com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa.

### iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

A Companhia utiliza a política da JSL S.A., na qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A. no dia 12 de fevereiro de 2019, que é amplamente aplicável para a Movida Participações S.A e contempla os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de mercado, entre eles, riscos de câmbio, juros e inflação.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- Componentes da Política:
  - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
  - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- Processo de gestão:
  - Análise das posições do balanço patrimonial;
  - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
  - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
  - Comunicação das estratégias executadas;
  - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:
  - A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

A administração da Companhia entende que os parâmetros mencionados na política estão adequados para o gerenciamento dos riscos.

### v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam de proteção (*hedge*).

### vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve a pessoal responsável pelo Conselho de Administração, Comitê Financeiro e de Suprimentos do Conselho, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva Financeira, Gerência Financeira, Analistas Financeiros, Consultor Externo e Agente de Cálculo Externo.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração tem papel fundamental no desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos financeiros, uma vez que é responsável pela aprovação da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. No âmbito desta Política as responsabilidades do Conselho de Administração são: (i) Avaliar e aprovar a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e alterações propostas; (ii) Aprovar os limites considerados adequados para a exposição aos fatores de riscos financeiros; (iii) Aprovar os instrumentos de hedge elegíveis; (iv) Aprovar alternativas estratégicas de contratação de derivativos.

Comitê Financeiro e de Suprimentos do Conselho: O Comitê de Financeiro está ligado diretamente ao Conselho de Administração e tem um papel consultivo em relação à Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. Possui as seguintes atribuições: (i) Avaliar mudanças e alterações na Política de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Gerenciamento de Risco de Mercado ; (ii) Avaliar conceitos e metodologias aplicados na gestão de risco de mercado; (iii) Avaliar as alternativas de hedge em conformidade com a Política estabelecida; (iv) Acompanhar o desempenho das operações de hedge; (v) Avaliar cenários de estresse; (vi) Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado e comunicar o Conselho de Administração;

Diretoria Executiva Financeira: A Diretoria Executiva Financeira deverá atuar diretamente na gestão do risco de mercado com as seguintes responsabilidades: (i) Patrocinar as ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos; (ii) Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes e políticas emanadas do Conselho de Administração; (iii) Avaliar propostas para limites de exposição aos fatores de risco e propor sugestões para aprimoramentos na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado ; (iv) Garantir o cumprimento das exposições a riscos, vis a vis aos limites estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

Gerência Financeira: Ancorada pela Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a Gerência Financeira tem como tarefa acompanhar, monitorar, e avaliar os riscos financeiros incorridos. Podem-se destacar como principais aspectos: (i) Acompanhar os limites e exposições dos fatores de risco através dos relatórios produzidos pelo agente de cálculo externo; (ii) Constante análise do escopo da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado ; (iii) Abastecer o Comitê Financeiro com informações das exposições da empresa frente aos fatores de risco mapeados e sugerir alternativas de mitigação dos mesmos; (iv) Supervisionar a contratação do Agente de Cálculo.

Analistas Financeiros: As funções dos analistas financeiros na condução das operações a serem executadas para o cumprimento da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado no que tange os riscos de mercado são: (i) Executar as operações de hedge conforme estratégia aprovada pelo Conselho de Administração observando os limites e exposições dos fatores de risco detalhados nesta Política; (ii) Registrar e divulgar as operações contratadas.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é o órgão do Conselho de Administração responsável por auditar a execução da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. As responsabilidades do Comitê, no que tange a parte financeira, podem ser assim descritas: (i) Supervisionar o processo de gestão de riscos de mercado; (ii) Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Empresa e o cumprimento da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

Consultor Externo e Agente de Cálculo Externo: Com periodicidade, de no mínimo trimestral, a Diretoria Executiva Financeira conta com a colaboração do Consultor Externo para as seguintes atividades: (i) Modelar e avaliar as exposições a risco de mercado, com objetivo de evidenciar e dar ciência sobre a magnitude de seus potenciais impactos; (ii) Propor estratégias de mitigação de riscos identificados pela Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado;

A Diretoria Financeira também conta com a colaboração de um Agente de Cálculo Externo para as seguintes atividades: (i) Prover relatórios das exposições aos fatores de risco financeiros mapeados garantindo transparência na divulgação dos mesmos;

A administração da Companhia entende que a estrutura organizacional de controle é adequada para o gerenciamento de riscos de mercado.

### **c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia utiliza a política da JSL S.A., foi aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A. no dia 14 de fevereiro de 2019, que é amplamente aplicável para a Movida Participações S.A, e contempla toda a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política que será amplamente aplicável à Movida Participações S.A. Ademais, a JSL S.A. contratou o sistema externo de empresa Homologada como uma consultoria de valores mobiliários junto à CVM e especializada na apuração dos valores de saldo accrual e a mercado de instrumentos financeiros como agente de cálculo externo e independente, a fim de validar de forma independente as metodologias internas de cálculo,

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

precificação e marcação a mercado dos valores refletidos em suas demonstrações financeiras.

A Companhia possui um Comitê Financeiro, que se reúne mensalmente e apoia o Conselho de Administração nas matérias relacionadas à riscos de mercado.

A administração da Companhia entende que a estrutura organizacional e de controles internos está adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registram transações e disposições dos ativos da Companhia; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta com as áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis visando à mitigação dos riscos que possam afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para todas as informações contábil e financeiras registradas.

Nesse contexto, a Companhia dispõe de uma série de práticas em relação aos seus controles internos tais como:

- A Companhia conta com sistema integrado para registro de suas transações contábeis e financeiras com alçadas de aprovação sistêmicas definidas de acordo com o nível hierárquico dentro da estrutura organizacional da Companhia.
- Há um processo robusto de fechamento e conciliação contábil dos saldos de balanço e resultado efetuados mensalmente e reportado à Diretoria Executiva da Companhia e Controladoria Corporativa de sua JSL S.A., cuja revisão é efetuada em níveis primários com cruzamentos de saldos de balanço com as informações constantes nas demonstrações, bem como obtenção de suportes documentais para as afirmações contidas no documento.
- Validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia.
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos presenciais e a distância (online) e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

### **b. as estruturas organizacionais envolvidas**

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, subordinadas à Diretoria Financeira, são:

- Controladoria, responsável pela liderança e controle do processo e elaboração das demonstrações;
- Contabilidade, responsável pela geração de informações para elaboração de notas explicativas;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Relações com Investidores, responsável pela revisão das demonstrações preparadas e alinhamento com as informações reportadas ao mercado;
- Financeiro, responsável pela elaboração de notas explicativas relativas à movimentação financeira; e
- Departamento Jurídico (societário), responsável pela preparação de documentos adicionais integrantes das demonstrações financeiras.

Ademais, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia também são responsáveis pela revisão das suas demonstrações financeiras.

Vale ressaltar que o Grupo JSL possui uma área dedicada à elaboração de demonstrações financeiras e conta com equipe multidisciplinar de pessoas especialistas e com formação específica em contabilidade internacional, além de auditores com experiência de terem trabalhado em big-four e profissionais com experiência em empresas de capital aberto. Como prática, essas pessoas atuam no: (i) monitoramento de novas regras contábeis; (ii) elaboração dos modelos anteriores ao fechamento para revisão prévia em conjunto com a auditoria externa; e (iii) alinhamento de cronograma com demais áreas envolvidas e auditoria externa.

Deste modo, as áreas da Companhia envolvidas são assessoradas pela estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos da JSL S.A., em especial pela Controladoria Corporativa e pela área de controles internos da JSL S.A., que são responsáveis, respectivamente, pela revisão das demonstrações financeiras e dos controles internos do Grupo JSL. Além disso, as áreas da Companhia também são apoiadas pelo Comitê de Auditoria da JSL S.A., que tem por objetivo a supervisão da qualidade e da integridade dos relatórios financeiros do Grupo JSL.

A Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam à mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos em conjunto com os gestores dos processos

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela gestão de indicadores financeiros e operacionais, que são monitorados por meio de reuniões mensais de resultado, nas quais as diretorias e gerências de negócio da Companhia apresentam o desempenho de cada segmento da Companhia. A área de Gestão Integrada, responsável pela formalização de processos e controles, presta suporte à Diretoria Executiva no monitoramento de referidos indicadores. No caso de deficiências, planos de ação são traçados, com objetivos e metas, e são acompanhados mensalmente pela área de gestão integrada e discutidos nas reuniões de resultado, com supervisão da Diretoria Executiva.

A Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia trabalha na identificação de riscos e controles. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s), tais planos são monitorados pela Diretoria de Gerenciamento de Riscos, Conformidade e Auditoria e os resultados reportados para o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia e ao Comitê de Riscos da JSL S.A..

O Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia acompanha as atividades da auditoria interna e da área de controles internos do Grupo JSL e é responsável por monitorar e gerenciar a exposição a riscos da Companhia.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Durante este trabalho, os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir: (i) deficiência no processo de elaboração das demonstrações financeiras; (ii) ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais; (iii) ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais no nível dos processos; (iv) análise de conflitos de segregação de funções; (v) revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo; e (vi) presença de usuários desligados com registro de *logon* após a data de demissão.

### **e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Diretoria avaliou detalhadamente referidos pontos e possui os seguintes comentários:

<b>Assunto</b>	<b>Comentários dos diretores</b>
Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras	<p>Administração entende que vários pontos levantados se referem a "drafts" das DFs em andamento, portanto, ainda estavam sujeitos a conferências e alterações.</p> <p>A Administração entende também que as etapas de preparação das DFs e suas respectivas notas explicativas, ainda estão com muitas etapas manuais, o que causa lentidão, e várias fases de validação do número final.</p> <p>A Administração informa que em 2019, concluirá a implantação do sistema SAP/BPC que automatizará a construção das DFs e suas notas explicativas, mitigando assim, os efetivos negativos mencionados pela auditoria.</p>
Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais	A Administração informa que criou um plano de ação que consiste no mapeamento dos lançamentos manuais efetuados em todos os seus ERPs, com a identificação das origens e causas, para sistematizar a parte que for possível, e para o que se manter de forma manual, será implantado ao longo de 2019, um processo para formalização, revisão e aprovação sistêmica destes lançamentos manuais, por alçadas competentes, antes que os mesmos sejam processados nos referidos ERPs.
Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais no nível dos processos	Até o final de 2019 faremos a implementação de controles que propiciem suportes documentais das aprovações e revisões efetuadas de acordo com alçadas competentes definidas com base no apropriado nível hierárquico dentro da organização.
Análise de conflitos de segregação de funções	<p>A Administração adquiriu no final do segundo semestre de 2018, a ferramenta IG IBM, para realização dos seguintes controles:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventário de sistemas e perfis de acesso; - Inventário das identidades;</li> <li>- Definição dos processos e regras de automação;</li> <li>- Definição de fluxos, papéis e responsabilidades e workflow de aprovação;</li> <li>- Perfis de auditoria automatizada / SOD SAP e Legado</li> </ul>

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização das identidades, acessos e categorização de funcionários, prestadores de serviço, representantes e, até mesmo, clientes;</li> <li>- Definição dos processos de solicitação, aprovação, revogação e revisão de direitos de acesso;</li> </ul> <p>Também serão cobertos os processos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Autenticação centralizada;</li> <li>- Provisionamento automático Criação, alteração, remoção de conta de usuário;</li> <li>- Cadastro e atualização de dados dos colaboradores nos catálogos por sistema;</li> <li>- Bloqueio, desbloqueio de contas, troca de senhas, associação, desassociação de uma conta a um direito de acesso;</li> <li>- Consultas a contas, perfis e direitos associados a contas.</li> </ul> <p>O projeto para implantação da ferramenta IG da IBM, foi iniciado em 13 de fevereiro de 2019, com previsão de término para Dezembro/2019, abrangendo os principais sistemas da empresa.</p>
Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo	A Administração entende que esse processo será parcialmente automatizado com a implementação da ferramenta de gestão de identidade IG da IBM, conforme mencionado no item anterior, e que a revisão anual será suficiente para mitigar eventuais conflitos.
Presença de usuários desligados com registro de <i>login</i> após a data de demissão	A Administração está implantando em 2019, um novo processo de desligamento de funcionários, com objetivo de realizar a integração imediata nos diversos módulos do sistema (on-line ou uma vez ao dia) de todos os desligamentos realizados. Regra esta que deve ser igual às exigências do e-social.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### **a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O programa de conformidade da Companhia foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU e nas melhores práticas de integridade corporativa.

A Companhia possui um Código de Conduta e adotou políticas voltadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública aplicáveis ao Grupo JSL, em especial (i) Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; (ii) Política de Doações e Patrocínios; (iii) Política de Participação em Licitações Públicas; e (iv) Política de Interação com o Poder Público.

### **i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- i. *Código de Conduta*: Aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019, o Código de Conduta se aplica a todos administradores, colaboradores, empregados, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral contratados pela Companhia, bem como pelas sociedades a ela coligadas ou, no âmbito de um contrato, consorciadas. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações e padrões de conduta que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) direitos humanos; (iii) relações de trabalho; (iv) conduta do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) oferecimento de brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com (a) fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios; (b) setor público; e (c) concorrentes; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) funcionamento do canal de denúncia.
- ii. *Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade*: A Companhia adotou a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade criada pela JSL S.A. em 02 de setembro de 2016 e aplicável a todos os colaboradores do Grupo JSL, incluindo a Companhia. A Política de Participação em Licitação Pública define diretrizes e orientações a respeito do oferecimento e recebimento de brindes, presentes, hospitalidade e entretenimento.
- iii. *Política de Doações e Patrocínios*: A Companhia adotou a Política de Doações e Patrocínios criada pela JSL S.A. em 02 de setembro de 2016 e aplicável a todos os colaboradores do Grupo JSL, incluindo a Companhia. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Companhia para a realização de doações e patrocínios.
- iv. *Política de Participação em Licitação Pública*: A Companhia adotou a Política de Participação em Licitação Pública criada pela JSL S.A. em 02 de setembro de 2016 e aplicável a todos os colaboradores do Grupo JSL, incluindo a Companhia. A Política de Participação em Licitação Pública define as diretrizes, proibições e regras que devem ser observadas quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas.
- v. *Política de Interações com o Poder Público*: A Companhia adotou a Política de Interações com o Poder Público criada pela JSL S.A. em 02 de setembro de 2016 e aplicável a todos os colaboradores do Grupo JSL, incluindo a Companhia. A Política de Interações com o Poder Público



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

define as diretrizes, proibições e regras que devem ser observadas durante as interações com membros da administração pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo – a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos, bem como disseminar tais diretrizes, proibições e regramentos na atividade de terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e consultores de negócios contratados pela Companhia.

Além das políticas elencadas no item acima, a Companhia adota outros procedimentos e mecanismos de integridade, a saber : (i) realização de treinamentos anticorrupção e sobre as políticas de integridade adotadas pela Companhia e sobre o seu canal de denúncia; (ii) criação da “Linha Transparente”, canal gratuito criado para dirimir dúvidas sobre o Programa de Conformidade, acessível ao público interno e externo; (iii) instalação de linha telefônica monitorada utilizada pelos funcionários do departamento de licitação; (iv) treinamentos específicos sobre interação com a administração pública e licitações públicas a departamentos que são envolvidos nestes temas, (v) comunicações periódicas sobre pontos do Código de Conduta e sobre as políticas adotadas pela Companhia, (vi) controle e avaliação de doações e patrocínios feitos para órgãos públicos, (vii) realização de processos de verificação de perfil de integridade e classificação de riscos de corrupção relacionados à contratação de terceiros considerados como críticos, como despachantes, advogados, contadores, empresas de vistoria, e outros que possuem interação com a administração pública ou que apresentam maior risco à Companhia na execução dos objetos contratuais.

### **ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Tendo em vista que a estrutura de compliance da Companhia é integrada à da JSL S.A., o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta da Companhia, bem como das políticas e demais normas internas da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno. A criação do Comitê de Ética e Conformidade foi aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A. em 27 de outubro de 2015. O Comitê de Ética e Conformidade tem por atribuições:

- cumprir, disseminar e atualizar o Código de Conduta e normas internas da JSL S.A. e da Companhia;
- analisar e aplicar de medidas disciplinares, recomendações e acompanhar ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- avaliar a eficiência e eficácia do programa de conformidade da Companhia, e a sua aderência aos requisitos exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas que tratam sobre o tema, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- analisar e validar sugestões de alteração das políticas adotadas pela Companhia; e
- analisar e validar pedidos de doações e patrocínios a órgãos da administração pública.

O Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. é assessorado pela Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia, cujas atribuições estão descritas no item 5.1.

### **iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui um Código de Conduta, conforme descrito no item 5.4.i.a.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia, conforme descrito anteriormente, é aplicável a todas as suas controladas, bem como às sociedades a ela coligadas ou, no âmbito de um contrato, consorciadas, e aos seus administradores, colaboradores, empregados, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os funcionários recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual. Anualmente, os principais executivos se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, e neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação dos itens do programa de Conformidade e Ética. Ainda, uma pauta exclusiva é dedicada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Conduta no evento anual de vendas, que reúne as principais lideranças da companhia.

Além disso, em 2019, os funcionários da Companhia receberam treinamentos sobre as leis brasileiras anticorrupção, o código de conduta, o canal de denúncias do Grupo JSL, bem como as Políticas de Brindes, Presente, Entretenimento e Hospitalidade; a Política de Doações e Patrocínios e de Gerenciamento de Riscos.

Os funcionários treinados passam por uma avaliação que tem o objetivo de medir o nível de aderência e absorção dos conteúdos ministrados nos treinamentos de integridade.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Conduta, o descumprimento de qualquer das diretrizes dispostas no Código de Conduta ou nas demais normas internas adotadas pela Companhia poderá ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes: (i) advertência, oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa. Terceiros, por sua vez, poderão ter sua relação comercial com a Companhia encerrada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019 e está disponível em seu *website* ([https://www.movida.com.br/codigo\\_de\\_conduta.pdf](https://www.movida.com.br/codigo_de_conduta.pdf)).

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Denúncias, que é terceirizado e administrado por uma empresa especializada totalmente independente, sigiloso e seguro, de forma a dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia.

O Canal de Denúncias pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, por telefone (nº 0800 726 7111), endereço eletrônico ([canaldedenuncia@movida.com.br](mailto:canaldedenuncia@movida.com.br)) ou por meio do site [www.contatoseguro.com.br/movida](http://www.contatoseguro.com.br/movida).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Além disso, a Companhia também criou uma Linha Transparente que pode ser utilizada para o envio de qualquer dúvida e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta ou demais normas internas e políticas adotadas pela Companhia. A Linha Transparente pode ser acessada por telefone (nº 0800 726 7250, atendimento das 8h00 às 17h48) ou por endereço eletrônico ([conformidade@movida.com.br](mailto:conformidade@movida.com.br)).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para o público interno e externo, incluindo terceiros, prestadores de serviços e clientes.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Neste sentido, todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais e, caso o denunciante deseje, poderão ser feitas de forma anônima, conforme descrito no Código de Conduta da Companhia. As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante.

Além disso, o Código de Conduta reforça o compromisso da Companhia de não tolerar qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou em desacordo com as instruções estabelecidas no Código de Conduta. Condutas dessa natureza ensejarão a aplicação de medidas disciplinares.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas e preliminarmente tratadas pela empresa terceirizada que administra o canal de denúncias e transmitidas para a Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da JSL S.A., que dará andamento nas tratativas.

Cumprе ressaltar que (i) denúncias envolvendo membros da Presidência e/ou do Comitê de Ética e Conformidade da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração da JSL S.A.; (ii) denúncias envolvendo membros da Diretoria Executiva da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração e à Presidência da JSL S.A.; e (iii) denúncias envolvendo membros da Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade da e à Presidência da JSL S.A.

- **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Na ocorrência dos casos citados, a companhia realiza processos de *due diligence* de todos os aspectos relevantes para a avaliação dos riscos das operações, podendo contar com o apoio de consultorias, auditorias e avaliações jurídicas e/ou financeiras, conforme necessário.

- **d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

A Companhia, conforme item 5.4 a, possui diversos procedimentos e políticas para remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas em relação ao último exercício social.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Os Diretores esclarecem que nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações históricas relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e suas respectivas notas explicativas, e (ii) as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas em 31 de março de 2019 e para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM, e as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 - "Informações Financeiras Intermediárias").

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) (a) as informações intermediárias consolidadas da Companhia para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2019 e 2018; e (b) demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Em 16 de agosto de 2016, a Companhia e a JSL S.A., controladora da Companhia, divulgaram fato relevante informando sobre a intenção de realizar uma reestruturação societária mediante a transferência de certos ativos compostos de veículos, máquinas, equipamentos, contas a receber e obrigações financeiras correlatas da Movida GTF para a JSL através de uma cisão parcial e incorporação da parcela cindida pela JSL. Os Diretores da Companhia comentam que o objetivo da referida operação foi readequar as linhas de negócio da Companhia com a alocação dos ativos e passivos para as empresas que desenvolvem atividades correspondentes.

Em 07 de fevereiro de 2017, foi concedido o registro de oferta pública pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo início a negociação das suas ações em bolsa no dia 08 de fevereiro de 2017 sob o ticker MOVI3 no segmento Novo Mercado de governança corporativa.

Em 17 de agosto de 2017, foi anunciada a aquisição da empresa "*Fleet Services*", posteriormente denominada "Movida Premium" no segmento de locação corporativa de veículos premium, tais como Audi, BMW, Mini, Jaguar, Land Rover e Porsche, possuindo frota composta por 153 veículos de luxo, com alto valor agregado, com receita por carro 5 vezes maior do que um veículo popular.

Em 17 de outubro de 2018, foi homologado integralmente o aumento privado de capital social da Companhia. Foram subscritas 49.929.428 (quarenta e nove milhões, novecentas e vinte e nove mil, quatrocentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de subscrição total de R\$ 312,6 milhões. O capital social integralizado da Companhia passou a ser de R\$1.490,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, composto por 263.421.014 (duzentas e sessenta e três milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e quatorze) ações ordinárias.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a Companhia reportou uma receita líquida total de R\$812,5 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$851,3 milhões adicionais em imobilizado nesse período, sendo (i) R\$159,6 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$159,0 milhões em frota e R\$0,6 milhão em novos pontos; e (ii) R\$545,5 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$2.538,6 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$2.403,4 milhões em 2018 adicionais em imobilizado, sendo (i) R\$693,2 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$690,4 milhões em frota e R\$2,8 milhões em novos pontos; e (ii) R\$1.639,7 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$2.468,0 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$2.152,0 milhões em 2017 adicionais em imobilizado, sendo (i) R\$507,3 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$506,8 milhões em frota e R\$0,4 milhão em novos pontos; (ii) R\$1.567,6 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$1.830,6 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$1.737,8 milhões em 2016 adicionais em imobilizado, sendo R\$834,0 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$824,0 milhões em frota e R\$9,9 milhões em novos pontos, além de R\$883,7 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Os Diretores entendem que a frota da Companhia é composta por ativos de alta liquidez, com baixa idade média. A maior parte dos investimentos em expansão da Companhia foi direcionada para a frota, ressaltando que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação sem investimentos adicionais em expansão.

Em 31 de março de 2019, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$869,7 milhões. A dívida bruta era de R\$2.392,9 milhões gerando uma dívida líquida de R\$1.523,2 milhão. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de março de 2019, o imobilizado da Companhia era de R\$3.990,3 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$812,2 milhões. A dívida bruta era de R\$2.266,0 milhões gerando uma dívida líquida de R\$1.453,8 milhão. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado da Companhia era de R\$3.647,4 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$783,6 milhões. A dívida bruta era de R\$1.861,0 milhões gerando uma dívida líquida de R\$1.077,4 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2017, o imobilizado da Companhia era de R\$2.799,6 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$123,5 milhões. A dívida bruta era de R\$1.040,2 milhões gerando uma dívida líquida de R\$916,7 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado líquido da Companhia era de R\$2.202,9 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Um fator relevante para compreender as condições financeiras e patrimoniais da Companhia é a flexibilidade na gestão dos seus investimentos, principalmente em RAC, em que os ativos a serem renovados podem ser definidos de acordo com a categoria, não sendo vinculados a um modelo específico de veículo.

Além disso, no caso do seguimento de Gestão e Terceirização de Frotas ("GTF"), o modelo de negócios da Companhia em tal segmento presume que os investimentos são necessariamente atrelados a contratos assinados de longo e médio prazo, que garantem a geração de caixa futura das operações. No caso de RAC, por sua vez, o investimento está atrelado à demanda do mercado, sendo que a Companhia faz seus planos de expansão de frota buscando atender a expectativa de demanda com manutenção nas taxas de ocupação. No caso de uma possível retração de mercado, a Companhia também está preparada para ajustar sua frota de forma rápida e fácil, devido à alta liquidez usual de seus ativos, utilizando a linha de negócios de Seminovos como suporte. Sendo assim, a Companhia pode definir os investimentos em expansão, da mesma maneira que pode escolher o melhor momento para a compra e venda de seus ativos para renovação, sem que isto seja prejudicial aos custos com manutenção, tendo em vista a baixa idade média de sua frota.

### (b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital e suporte adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Apresenta-se abaixo a relação entre o capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros para os períodos indicados.

<b>Estrutura de capital (R\$ milhões)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2016</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2017</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2018</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31/03/2019</b>
Patrimônio Líquido (a)	721,8	1.284,8	1.658,8	1.680,8
Passivo circulante + Passivo não circulante (b)	2.067,9	2.721,5	3.533,5	4.198,1
Total do passivo e do patrimônio líquido (c)	2.789,7	4.006,3	5.192,3	5.878,8
<b>% Capital Próprio (a)/(c)</b>	<b>25,9%</b>	<b>32,1%</b>	<b>31,9%</b>	<b>28,6%</b>
<b>% Capital de Terceiros (b)/(c)</b>	<b>74,1%</b>	<b>67,9%</b>	<b>68,1%</b>	<b>71,4%</b>

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia. Tal estratégia tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$1.680,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,91x no período.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$1.658,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,88x no período.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$1.284,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,84x no período.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$721,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 1,3x no período.

A tabela a seguir apresenta os principais índices de alavancagem líquida e estrutura de capital da Companhia:

Saldos	Período de três meses findo em 31/03/2019	Período de doze meses findo em 31/12/2018	Período de doze meses findo em 31/12/2017	Período de doze meses findo em 31/12/2016
Alavancagem Líquida	2,88 x	3,02 x	3,29 x	3,3 x
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	0,91 x	0,88 x	0,84 x	1,3 x

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma posição de caixa adequada. A dívida da Companhia é composta principalmente por financiamentos para aquisição de veículos e linhas de capital de giro, as quais serão quitadas com a geração operacional de caixa e com os recursos oriundos das vendas de ativos.

A Companhia apresentou posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários de R\$869,7 milhões em 31 de março de 2019, R\$812,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$123,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A dívida bruta de curto prazo da Companhia era de R\$605,1 milhões em 31 de março de 2019 e de R\$483,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$823,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$511,2 milhões em 31 de dezembro de 2016.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida em 31 de março de 2019:

Passivos financeiros	Custo médio - %	Valor contábil	Fluxo de caixa			
			contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores		1.348.560	1.348.560	1.348.560		
Empréstimos e financiamentos	7,9%	954.654	1.043.080	522.642	361.073	159.365
Debêntures	8,5%	1.437.422	1.845.457	205.795	251.911	1.387.751
Arrendamento mercantil a pagar	8,0%	132.694	132.694	32.857	24.004	75.833
Outras contas a pagar		71.672	71.672	70.562	1.110	-
<b>Total</b>		<b>3.945.002</b>	<b>4.441.463</b>	<b>2.180.416</b>	<b>638.098</b>	<b>1.622.949</b>

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, que são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo.

Para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Companhia privilegia a compra a prazo junto às montadoras e à vista com recursos próprios, financiados por debêntures e linhas de capital de giro sem

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

qualquer garantia, de forma a usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota. A Companhia utiliza também, porém em menor escala, o *leasing* financeiro.

Em 2019 a Companhia captou R\$600,0 milhões de debêntures. Em 2018 a Companhia captou R\$1.341,8 milhões de novos empréstimos e financiamentos mais emissões de debêntures. Em 2017 a Companhia captou R\$1.154,0 milhões de novos empréstimos e financiamentos mais emissões de debêntures. Em 2016 a Companhia captou R\$155,2 milhões de novos empréstimos e financiamentos. Os Diretores da Companhia acreditam que eram suficientes para que a Companhia fizesse frente às suas necessidades de liquidez, investimentos e pagamentos de dívida de curto prazo junto ao mercado de capitais e instituições financeiras com prazos mais longos e custos mais atraentes.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro *vis-à-vis* a necessidade de recursos para a implementação da estratégia de crescimento da Companhia. O prazo médio do endividamento da Movida em 31 de dezembro de 2018 era de 2,6 anos, 31 de dezembro de 2017 era de 2,0 anos, 31 de dezembro de 2016 era de 1,8 ano.

### **(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Além disso, serão utilizados recursos provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário. Os financiamentos da aquisição de ativos não circulantes, em especial para a prestação de serviços, continuarão sendo feitos através de linhas específicas de acordo com as características do bem adquirido, sendo que, para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Diretoria da Companhia continuará utilizando recursos próprios com linhas de capital de giro sem garantias, a fim de usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota, e em menor escala utiliza o *leasing* financeiro.

### **(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

#### **(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O saldo referente a Arrendamentos Mercantis ("*Leasing*") em 31 de março de 2019 era de R\$0,8 milhão a uma taxa de juros média de 9,9% e com último vencimento em 2020.

Em 31 de março de 2017, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio de Cédula de Crédito Bancário ("*CCB*"), junto ao Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100,0 milhões, ao custo de 120% da taxa DI Over ("*CDI Over*") e vencimento em 20 de março de 2020. Este financiamento possui pagamento trimestral dos juros (com três meses de carência), e amortização do principal em parcela única na data do vencimento da dívida. A CCB conta com aval/fiança da Movida Participações S.A. e da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A e prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros. Em 31 de março de 2019 a soma do saldo existente desta e de todas as CCBs da Companhia era de R\$227,2 milhões.

Em 25 de setembro de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Nota Promissória Comercial, em série única, da Movida Participações S.A., com emissão em 25 de setembro de 2017, perfazendo o valor total de R\$131,0 milhões com vencimento em 17 de novembro de 2019. A emissão é composta por uma remuneração correspondente a 116% da variação acumulada da taxa DI. O valor nominal unitário das NPs será amortizado em uma única parcela na data de vencimento. Esse financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais. A NP estabelece os seguintes *covenants* financeiros: manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA para fins de *covenants* igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. Em 07 de agosto de 2018, foi aprovada a emissão da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, com esforços restritos de colocação, da Movida

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Participações, em até 18 (dezoito) séries, no valor total de até R\$400,0 milhões. As Notas Comerciais fazem jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescido de sobretaxa ou spread a ser definido nas respectivas cédulas, para cada uma das séries, sendo (a) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos) para a 1ª (primeira) série; (b) 1,28% (um inteiro e vinte e oito centésimos) para a 2ª (segunda) série; (c) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos) para a 3ª (terceira) série; (d) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos) para a 4ª (quarta) série; (e) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos) para a 5ª (quinta) série; (f) 1,33% (um inteiro e trinta e três centésimos) para a 6ª (sexta) série; (g) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) para a 7ª (sétima) série; (h) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) para a 8ª (oitava) série; (i) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) para a 9ª (nona) série; (j) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos) para a 10ª (décima) série; (k) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos) para a 11ª (décima primeira) série; (l) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos) para a 12ª (décima segunda) série; (m) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 13ª (décima terceira) série; (n) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 14ª (décima quarta) série; (o) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 15ª (décima quinta) série; (p) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 16ª (décima sexta) série; (q) 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos) para a 17ª (décima sétima) série; e (r) 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos) para a 18ª (décima oitava) série, calculado de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 31 de março de 2019 o saldo existente das notas promissórias era de R\$ 557,8 milhões.

Em 27 de dezembro de 2017, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio do Fundo Constitucional do Nordeste ("FNE"), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$136,7 milhões, ao custo de 8,26% ao ano e vencimento em 30 de junho de 2021. Este financiamento possui pagamento mensal de juros e principal (com três meses de carência). A FNE conta com carta de fiança bancária no montante total do empréstimo. Além disso, o financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros. Em 31 de março de 2019 o saldo existente era de R\$ 158,1 milhões.

Em 27 de julho de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações, com emissão em 31 de julho de 2017. A Emissão foi realizada em duas séries, sendo que as Debêntures da Primeira Série, com valor total de R\$150 milhões (150.000 debêntures), fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 1,55% a.a., com vencimento em 15/07/2020. As Debêntures da Segunda Série, com valor total de R\$250 milhões (250.000 debêntures), fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido de 2,7% a.a., com vencimento em 15/07/2022. O valor nominal unitário da primeira emissão será amortizado em duas parcelas iguais (50% do valor) em 15 de julho de 2019 e 15 de julho de 2020. Para a segunda emissão, a amortização do principal se dará duas parcelas iguais (50% do valor) em 15 de julho de 2021 e 15 de julho de 2022. A escritura da referida emissão possui cláusulas de vencimento antecipado, destacando-se o estabelecimento de *covenants* financeiros à empresa, a qual deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. Em 31 de março de 2019 o saldo existente era de R\$ 27,9 milhões.

Em 16 de abril de 2018, foi aprovada a emissão da 1ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Locação de Veículos S.A., com emissão em 13 de abril de 2018. A Emissão foi realizada em série única, com valor total de 250,0 milhões, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 2,0% a.a., com vencimento em 13/04/2023. Em 31 de março de 2019 o saldo existente era de R\$ 248,6 milhões.

Em 10 de maio de 2018, foi aprovada a emissão da 2ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de espécie quirografária da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A. A Emissão foi realizada no valor de até 450,0 milhões com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data da emissão. A Emissão foi realizada em até 3 (três) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência de cada série e a quantidade de Debêntures emitidas e a Remuneração de cada foi definida conforme o procedimento de Bookbuilding. As Debêntures da Primeira Série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo, acrescido exponencialmente de um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o procedimento de Bookbuilding, limitado a uma taxa máxima de 1,60% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2021. As Debêntures da Segunda Série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,20% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2023. As Debêntures da Terceira Série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extragrupo, acrescido exponencialmente de um determinado percentual ao ano, limitado a uma taxa máxima de 1,90% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2023. Em 31 de março de 2019 o saldo existente era de R\$ 459,1 milhões.

Em 21 de novembro de 2018, foi aprovada a emissão da 3ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A.. A Emissão foi realizada em 3 (três) séries, sendo que a 2ª e 3ª série são *Exchange* da 1ª emissão da Movida Participações S.A., no valor de R\$600,0 milhões, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data da emissão. As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de um determinado percentual, a 1,85% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da terceira série, por fim, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. O valor nominal unitário das Debêntures de cada uma das séries será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo (i) a primeira parcela paga ao final do 42ª (quadragésimo segundo) mês contado da data de emissão, portanto, em 07 de junho de 2022; (ii) a segunda parcela paga ao final do 54ª (quinquagésimo quarto) mês contado da data de emissão, portanto, em 07 de junho de 2023; e (iii) a terceira parcela paga na data de vencimento das Debêntures. Em 31 de março de 2019 o saldo existente era de R\$ 599,0 milhões.

Em 28 de maio de 2019, foi aprovada a emissão da 4ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A. A Emissão foi realizada em 3 (três) séries, no valor de R\$700,0 milhões, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data da emissão. As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de um determinado percentual, a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2022. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da terceira série, por fim, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2027. O valor nominal unitário das Debêntures de Primeira série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo (i) a primeira parcela paga em 01 de outubro de 2021, correspondente a 30,00%, e (ii) a segunda parcela paga na data de vencimento das Debentures de Primeira Série, em 03 de outubro de 2022, correspondente a 70,00%. Para as Debentures de Segunda série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo (i) primeira parcela paga ao final do 49º (quadragésimo nono) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2023, correspondente a 50,00%; (ii) a segunda parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, em 27 de julho de 2024, correspondente a 50,00%. E a amortização da Terceira série será em 3 (três) parcelas, sendo (i) a primeira parcela paga ao final do 73º (septuagésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho de 2025, correspondente a 33,33%; (ii) a segunda parcela paga ao final do 85º (octogésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho de 2026, correspondente a 33,33%; e (iii) a terceira parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, em 27 de julho de 2027, correspondente a 33,334%.

Em 19 de junho de 2019, foi aprovada a emissão da 3ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Locação de Veículos S.A., com emissão em 24 de junho de 2019. A Emissão foi realizada em série única, com valor total de 200,0 milhões, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 1,6% a.a., com vencimento em 24/01/2024.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

### (iv) Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

No âmbito de todas as Emissões de Debêntures Simples da Companhia, a Companhia, deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida para fins de *covenant* pelo EBITDA para fins de *covenant* igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA para fins de *covenant* igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida para fins de *covenant* correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. As definições referentes aos conceitos considerados estão abaixo.

(a) Dívida Financeira Líquida para fins de *covenant* significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures, risco sacado e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez até 360 dias; e

(b) EBITDA para fins de *covenant* corresponde ao lucro líquido ou prejuízo da Companhia, em bases consolidados, relativo aos 12 últimos meses. Antes: (i) do resultado financeiro; (ii) do imposto

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de renda e da contribuição social; e (iii) das despesas de depreciação e amortização. Para todas as emissões do grupo, o EBITDA para fins de *covenant* é ajustado ainda pela *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais.

A Companhia tem obrigação de dar em garantia, aos debenturistas, alienação fiduciária de veículos *pari passu*, caso exceda mais de 50% de seu ativo imobilizado líquido e bens disponibilizado para venda alienado.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 27 de dezembro de 2017, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio do Fundo Constitucional do Nordeste ("FNE"), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$ 256.326.693,31 milhões, com vencimento em 30 de junho de 2021. Do montante total já foi desembolsado R\$ 136.761.786,08. Em 19 de junho de 2018, foi efetuada uma captação, no valor de R\$224.332.589,81 milhões, com vencimento em 30 de junho de 2021. Do montante total já foi desembolsado R\$115.654.807,05, que foram utilizados para estratégia de capital de giro.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Dessa forma, apresenta-se a seguir os principais fatores que afetaram os principais componentes do resultado (i) no período encerrado em 31 de março de 2019 comparado ao período encerrado em 31 de março de 2018 (ii) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e (iii) no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

#### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E EM 31 DE MARÇO DE 2018

	31/03/2019	AV	31/03/2018	AV	AH	R\$
<b>Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços</b>	812.529	100,0%	604.151	100,0%	34,5%	208.378
(-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	-600.222	-73,9%	-421.643	-69,8%	42,4%	-178.579
<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>212.307</b>	<b>26,1%</b>	<b>182.508</b>	<b>30,2%</b>	<b>16,3%</b>	<b>29.799</b>
Despesas Gerais e Administrativas	-113.405	-14,0%	-81.076	-13,3%	39,9%	-32.329
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	272	0,0%	-18.111	-3,0%	-101,5%	18.383
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>99.174</b>	<b>12,2%</b>	<b>83.321</b>	<b>13,8%</b>	<b>19,0%</b>	<b>15.853</b>
Resultado financeiro	-45.708	-5,6%	-45.470	-7,5%	0,5%	-238
<b>(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>53.466</b>	<b>6,6%</b>	<b>37.851</b>	<b>6,3%</b>	<b>41,3%</b>	<b>15.615</b>
Imposto de renda e contribuição social	-11.483	-1,4%	-10.998	-1,8%	4,4%	-485
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>41.983</b>	<b>5,2%</b>	<b>26.853</b>	<b>4,4%</b>	<b>56,3%</b>	<b>15.130</b>

#### **Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")**

A Receita Líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi de R\$812,5 milhões, comparativamente a R\$604,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, o que representou uma variação de R\$208,3 milhões devido:

(i) ao aumento na receita líquida para o segmento da RAC que alcançou R\$674,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de R\$515,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, devido ao crescimento das receitas de vendas de veículos utilizados na prestação de serviços de R\$117,2 milhões por conta do aumento de 3.147 carros vendidos no período

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de três meses findo em 31 de março de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior. Os Diretores da Companhia entendem que o crescimento na receita de prestação de serviços de R\$42,4 milhões foi principalmente em função do crescimento da frota em 11% no período, somando à expansão de 5% na receita média por carro (receita bruta dividido por frota média operacional; e

(ii) ao aumento na receita líquida para o segmento da GTF que alcançou R\$137,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de R\$89,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, ou R\$48,7 milhões, por conta da expansão da receita de prestação de serviços em R\$33,6 milhões devido à adição de 9.215 veículos na frota média operacional. Houve um aumento na receita média por carro em razão da mudança do perfil dos contratos para usos mais leves e administrativos. Além disso, as vendas de ativos utilizados na prestação de serviços expandiram em R\$15,1 milhões devido a adição de 604 veículos no volume de vendidos no período de três meses findo em 31 de março de 2019 com relação ao mesmo período de 2018.

### ***Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços***

O custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços em 31 de março de 2019 foi de R\$ 600,2 milhões, comparativamente a R\$421,6 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$178,6 milhões ou 42,4% devido:

(i) ao aumento dos custos da prestação de serviços e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços para o segmento da RAC que alcançou R\$518,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de R\$375,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, ou R\$143,2 milhões, por conta do crescimento dos custos de venda de ativos utilizados na prestação de serviços em R\$128,4 milhões em decorrência do maior volume de carros vendidos e também pelo aumento nas taxas de depreciação no terceiro trimestre de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que o crescimento dos custos de prestação de serviços R\$14,8 milhões foi em decorrência do aumento da frota operacional de veículos de 6.508 unidades que gera aumento de gastos como pessoal, reparos e manutenção de frotas e outros; e

(ii) ao aumento dos custos da prestação de serviços e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços para o segmento da GTF que alcançou R\$81,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de R\$46,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, ou R\$35,4 milhões, em decorrência dos custos de prestação de serviços no montante de R\$18,4 milhões que acompanharam o crescimento da frota operacional acarretando um aumento de gastos com pessoal, reparos e manutenção de frotas e outros. Houve também um aumento nos custos de venda de ativos utilizados na prestação de serviços em R\$17,0 milhões devido ao volume de carros vendidos e ao aumento nas taxas de depreciação.

### ***Lucro bruto***

O lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi de R\$212,3 milhões comparativamente à R\$182,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, o que representou uma variação positiva de R\$29,7 milhões ou 16,3%. A margem bruta foi de 26,1% e 30,2%, no período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente, em decorrência principalmente à queda na margem bruta do segmento de RAC que alcançou 23,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de 27,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2018 e também à queda na margem bruta do segmento de GTF que alcançou 40,9% no período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de 48,3% no período de três meses findo em 31 de março de 2018 por conta das menores margens praticadas nas vendas de ativos utilizados na prestação de serviços.

A venda de ativos utilizados na prestação de serviços através da marca Seminovos Movida é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitir maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram de R\$113,4 milhões, comparativamente à R\$81,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, o que representou uma variação de R\$32,3 milhões. Esse crescimento é atribuído principalmente ao aumento das despesas administrativas, que foi no valor de R\$22,8 milhões, devido ao crescimento da estrutura administrativa, adicionando colaboradores especialmente em equipes como crédito e cobrança, precificação e tecnologia da informação. Em relação à receita líquida, as despesas gerais e administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram de 14% comparado a 13% no período de três meses findo em 31 de março de 2018, permanecendo praticamente constante.

***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram positivas em R\$0,3 milhão comparativamente a um saldo negativo em R\$18,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, o que representou uma variação de R\$18,4 milhões ou 101,7%. Os principais componentes dessa linha no período foram decorrentes do resultado na venda de veículos avariados que alcançou um prejuízo de R\$2,2 milhões no o período de três meses findo em 31 de março de 2019 partindo de um prejuízo de R\$19,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018.

***Resultado Financeiro***

O resultado financeiro líquido permaneceu praticamente estável alcançando R\$45,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019 de R\$45,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018. A variação deve-se a um aumento das despesas financeiras com juros sobre empréstimos e financiamentos, debentures, juros de risco sacado - montadora e encargos arrendamento mercantil de R\$5,6 milhões, parcialmente compensado por um aumento das receitas de aplicações financeiras de R\$2,7 milhões.

***Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos***

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$11,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019 comparado com R\$11,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2018, refletindo um crescimento de R\$0,4 milhão ou 3,6%. Esse movimento se deu em razão do aumento do imposto de renda e da contribuição social da Companhia calculados à alíquota nominal, compensado parcialmente pelo maior crédito de Juros sobre Capital Próprio.

***Lucro líquido do período***

O Lucro líquido do período foi de R\$42,1 milhões no 1T19, em comparação com R\$27,0 milhões no 1T18. Esse aumento de 55,9% se deu em razão dos fatores explicados acima. Houve um aumento de 0,7 p.p. na margem líquida total, passando de 4,5% no primeiro trimestre de 2018 para 5,2% no mesmo período de 2019, reflexo, além das melhorias operacionais, da otimização dos gastos financeiros.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH	R\$
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	2.538.599	100,0%	2.467.983	100,0%	2,9%	70.616
(-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	-1.731.963	-68,2%	-1.823.113	-73,9%	-5,0%	91.150
<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>806.636</b>	<b>31,8%</b>	<b>644.870</b>	<b>26,1%</b>	<b>25,1%</b>	<b>161.766</b>
Despesas Gerais e Administrativas	-370.899	-14,6%	-318.881	-13,0%	16,3%	-52.018



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-56.010	-2,2%	-73.881	-3,0%	-24,2%	17.871
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>379.727</b>	<b>15,0%</b>	<b>252.108</b>	<b>10,2%</b>	<b>50,6%</b>	<b>127.619</b>
Resultado financeiro	-172.785	-6,8%	-161.795	-6,6%	6,8%	-10.990
<b>(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>206.942</b>	<b>8,2%</b>	<b>90.313</b>	<b>3,7%</b>	<b>129,1%</b>	<b>116.629</b>
Imposto de renda e contribuição social	-47.188	-1,9%	-24.570	-1,0%	92,1%	-22.618
<b>Lucro líquido do exercício das operações continuadas</b>	<b>159.754</b>	<b>6,3%</b>	<b>65.743</b>	<b>2,7%</b>	<b>143,0%</b>	<b>94.011</b>
Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0	723	0,0%	-100,0%	-723
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>159.754</b>	<b>6,3%</b>	<b>66.466</b>	<b>2,7%</b>	<b>140,4%</b>	<b>93.288</b>

***Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")***

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.538,6 milhões, comparativamente a R\$2.468,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma variação de R\$70,6 milhões devido:

(i) ao aumento receita líquida para o segmento da GTF alcançou R\$414,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$315,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou R\$98,8 milhões, em decorrência do crescimento da receita de prestação de serviços de R\$97,4 milhões no período devido à adição de 49,2% no número de diárias, além do aumento nas vendas de ativos utilizados na prestação de serviços em R\$1,4 milhões e;

(ii) à retração receita líquida para o segmento de RAC que foi de R\$2.124,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$2.152,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou R\$28,2 milhões, em decorrência da queda das vendas de ativos utilizados na prestação de serviços de R\$111,6 milhões devido a um mercado de seminovos mais desafiador parcialmente compensado pela crescimento da receita de prestação de serviços de R\$83,4 milhões, em função do aumento do volume de diárias no RAC que totalizou 21,9% no período.

***Custo Total***

O Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.732,0 milhões comparativamente a R\$1.823,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de R\$91,2 milhões ou 5,0% devido:

(i) à diminuição no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no segmento de RAC que alcançou R\$1.514,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$1.633,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou R\$118,8 milhões. Os custos de venda de ativos diminuíram R\$81,0 milhões devido ao menor volume de vendas, também influenciado pela mudança nas taxas de depreciação. Já o custo de prestação de serviços diminuiu R\$37,8 milhões devido à reclassificação dos valores recebidos de reembolsos de avarias, multas e combustível, que antes estavam classificados como receita e passaram para redutor de custo devido a implantação do IFRS 15/CPC 47.

(ii) ao aumento no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no segmento de GTF que alcançou R\$217,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$189,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os custos de venda de ativos utilizados na prestação de serviços diminuíram R\$2,8 milhões devido ao menor volume de vendas, também influenciado pela mudança nas taxas de depreciação. Já o custo de prestação de serviços aumentou R\$30,4 milhões devido à nova escala da companhia, que cresceu em 10.897 veículos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$806,6 milhões comparativamente a R\$644,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma variação de R\$161,8 milhões. A margem bruta foi de 31,8% e 26,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, devido principalmente ao aumento na margem bruta do segmento de RAC que alcançou 28,7% partindo de 24,1%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, e ao aumento na margem bruta do segmento de GTF que alcançou 47,5% partindo de 39,9%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, por conta do aumento da receita em velocidade maior do que o aumento do custo, como explicado nos tópicos anteriores.

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As Despesas Gerais e Administrativas foram de R\$370,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparativamente a R\$318,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma variação de R\$52,0 milhões ou 16,3%. Esse crescimento é atribuído especialmente ao aumento das despesas administrativas, que foi no valor de R\$36,5 milhões, em decorrência do crescimento da estrutura administrativa com contratação de equipes, incluindo diretores focados nas linhas de negócio e que contribuíram para a maturação de processos e execução. As despesas comerciais também cresceu R\$44,2 milhões, devido à maior escala na oferta de serviços da Companhia.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$56,0 milhões comparativamente a R\$73,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou evolução positiva de R\$17,9 milhões. Os principais componentes dessa linha no período foram pelo resultado na venda de veículos avariados que passou de R\$86,5 milhões em 2017 para R\$74,4 milhões em 2018 mesmo com o crescimento de frota, entre outros.

### ***Resultado Financeiro***

O resultado financeiro líquido alcançou R\$172,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$161,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação deve-se a um aumento das despesas financeiras com juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, juros de risco sacado - montadora e encargos arrendamento mercantil de R\$1,3 milhões mais uma queda nas receitas de aplicações financeiras de R\$8,1 milhões.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$47,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$24,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$22,6 milhões. Esse movimento se deu em razão do aumento do imposto de renda e da contribuição social da Companhia calculados à alíquota nominal em R\$39,3 milhões, parcialmente compensado pelo aumento no crédito dos juros de remuneração de capital de R\$25,0 milhões.

### ***Lucro líquido do exercício***

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$159,8 milhões, em comparação com R\$66,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de 141,0% se deu em razão dos fatores explicados acima.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>R\$</b>
Receita líquida de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	2.467.983	100,0%	1.830.613	100,0%	34,8%	637.370
(-)Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	-1.823.113	-73,9%	-1.386.348	-76,5%	31,5%	-436.765
<b>( = ) Lucro bruto</b>	<b>644.870</b>	<b>26,1%</b>	<b>444.265</b>	<b>23,5%</b>	<b>45,2%</b>	<b>200.605</b>
Despesas Gerais e Comerciais	-318.881	-12,9%	-205.380	-10,8%	55,1%	-113.340
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-73.881	-3,0%	-47.442	-2,5%	55,7%	-26.439
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>252.108</b>	<b>10,2%</b>	<b>191.282</b>	<b>10,1%</b>	<b>31,8%</b>	<b>60.826,00</b>
Resultado financeiro	-161.795	-6,6%	-141.922	-7,5%	14,0%	-19.873
<b>( = ) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>90.313</b>	<b>3,7%</b>	<b>49.360</b>	<b>2,6%</b>	<b>83,0%</b>	<b>40.953</b>
Imposto de renda e contribuição social	-24.570	-1,0%	-17.200	-0,9%	42,8%	-7.370
<b>Lucro líquido do exercício das operações continuadas</b>	<b>65.743</b>	<b>2,7%</b>	<b>32.160</b>	<b>1,7%</b>	<b>104,4%</b>	<b>33.583</b>
Resultado líquido das operações descontinuadas	723	0,0%	7.537	0,4%	-90,4%	-6.814
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>66.466</b>	<b>2,7%</b>	<b>39.697</b>	<b>2,1%</b>	<b>67,4%</b>	<b>26.769</b>

***Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")***

A receita líquida alcançou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$2.468,0 milhões, comparativamente a R\$1.830,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma variação de R\$637,4 milhões devido:

(i) ao aumento da receita líquida para o segmento da RAC que alcançou R\$2.152,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 partindo de R\$1.464,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou R\$687,7 milhões, em decorrência do crescimento nas receitas de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços que alcançou R\$1.333,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 partindo de R\$877,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, por conta do novo tamanho da Companhia e aumento no preço médio do carro vendido. A receita de prestação de serviços foi R\$818,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado a R\$586,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função do aumento de 37,7% no volume de diárias no RAC; e

(ii) à queda na Receita Líquida para o segmento de GTF que alcançou R\$315,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 partindo de R\$365,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma variação de R\$50,3 milhões, em decorrência da redução na receita venda de ativos utilizados na prestação de serviços que alcançou R\$116,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 partindo de R\$158,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido à retração da frota desde segmento durante 2016, além da diminuição da receita de prestação de serviços saindo de R\$207,7 milhões em 2016 para R\$199,2 milhões em 2017.

***Custo Total***

O Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.823,1 milhões comparativamente a R\$1.386,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de R\$436,8 milhões ou 31,5% devido:

(i) ao aumento no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no segmento de RAC que alcançou R\$1.633,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 partindo de R\$1.139,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$493,8 milhões. Os custos de venda de ativos utilizados na prestação de serviços aumentaram de R\$819,2 milhões em 2016 para R\$1.259,1 milhões em 2017 devido ao maior volume de vendas, também influenciado pela diminuição nas taxas de depreciação ocorridas no final de 2016. Já o custo de prestação de serviços aumentou de R\$320,5 milhões em 2016 para R\$374,3 milhões em 2017 em razão da adição de carros que impactou em linhas como serviços contratados de terceiros e reparos e manutenção de frotas.

(ii) à diminuição de R\$246,7 milhões em 2016 para R\$189,8 milhões em 2017, ou R\$56,9 milhões no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no segmento de GTF. Os custos de venda de ativos diminuíram de R\$154,3 milhões em 2016 para R\$117,4 milhões em 2017 explicado pela concentração de vencimento de contratos, e consequente venda de frota, durante o ano de 2016 como estratégia de mudança de perfil dos contratos. O custo de prestação de serviços também reduziram de R\$92,4 milhões em 2016 para R\$72,4 milhões em 2017 em razão da queda nas receitas.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 2016 foi de R\$444,3 milhões comparativamente a R\$644,8 milhões em 2017, o que representou uma variação de R\$200,5 milhões. A margem bruta foi de 24,3% e 26,1% nos exercícios sociais encerrados de 2016 e 2017, respectivamente, devido principalmente ao aumento na margem bruta do segmento de GTF de 32,6% em 2016 para 39,9% em 2017, além do aumento na margem bruta do segmento de RAC de 22,2% em 2016 para 24,1% em 2017 devido à diluição de custos em serviços, que compensou as margens menores na venda ativos utilizados na prestação de serviços impactados pela redução nas taxa de depreciação.

### ***Despesas Gerais e Comerciais***

As Despesas administrativas e comerciais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$318,9 milhões comparativamente a R\$205,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma variação de R\$113,5 milhões ou 55,3%. Esse crescimento é atribuído majoritariamente à linha de despesas com pessoal, com investimentos para redução de *turnover*, treinamento de atendente em lojas e contratação de pessoal qualificado.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$73,9 milhões comparativamente a R\$47,4 milhões em 2016, um aumento de R\$26,5 milhões ou 55,9%. A principal variação se deve ao aumento do prejuízo com veículos avariados que passou de R\$42,3 milhões em 2016 para R\$86,5 milhões em 2017 devido à maior incidência de fraudes, criminalidade e pela concentração do reconhecimento de resultado de carros vendidos como perda total.

### ***Resultado Financeiro***

O Resultado financeiro líquido alcançou R\$161,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 partindo de R\$141,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A variação deve-se a um aumento das despesas financeiras com juros sobre empréstimos e financiamentos, juros de risco sacado - montadora e encargos e arrendamento mercantil, parcialmente compensado pelo aumento nas receitas de aplicações financeiras.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$24,6 milhões em 2017 comparado com R\$17,2 milhões em 2016, aumento de R\$7,4 milhões. Esse movimento se deu em razão do aumento do imposto de renda e da contribuição social da Companhia calculados à alíquota nominal de R\$ 20,9 milhões em 2016 para R\$31,1 milhões em 2017, compensado pelo aumento no crédito dos juros de remuneração de capital de R\$5,1 milhões em 2017.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Lucro líquido do exercício***

Lucro líquido do exercício foi de R\$66,3 milhões em 2017, com margem líquida de 2,7%, em comparação com R\$39,7 milhões em 2016 com margem de 2,2%. Esse aumento de 67,0% se deu em razão dos fatores explicados acima.

**FLUXO DE CAIXA****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E EM 31 DE MARÇO DE 2018**

	31/03/2019	AV	31/03/2018	AV	AH	R\$
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>-192.938</b>	<b>191,0%</b>	<b>-133.440</b>	<b>115,1%</b>	<b>44,6%</b>	<b>-59.498</b>
<b>Caixa líquido (gerado) utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>-21.558</b>	<b>21,3%</b>	<b>-5.774</b>	<b>5,0%</b>	<b>273,4%</b>	<b>-15.784</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>113.477</b>	<b>-112,3%</b>	<b>23.303</b>	<b>-20,1%</b>	<b>387,0%</b>	<b>90.174</b>
<b><u>Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa</u></b>	<b><u>-101.019</u></b>	<b><u>100,0%</u></b>	<b><u>-115.911</u></b>	<b><u>100,0%</u></b>	<b><u>-12,8%</u></b>	<b><u>14.892</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
No início do período	259.482	-256,9%	411.381	-354,9%	-36,9%	-151.899
No final do período	158.463	-156,9%	295.470	-254,9%	-46,4%	-137.007
<b>Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-101.019</b>	<b>100,0%</b>	<b>-115.911</b>	<b>100,0%</b>	<b>-12,8%</b>	<b>14.892</b>

**Caixa utilizado nas atividades operacionais**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa utilizado nas atividades operacionais aumentou em R\$59,5 milhões, ou 44,6%, passando de R\$133,4 milhões em 31 de março de 2018 para R\$192,9 milhões em 31 de março de 2019. Esse movimento ocorreu principalmente devido ao aumento nas aplicações líquidas em títulos e valores mobiliários de R\$224,0 milhões, principalmente devido a entrada de caixa proveniente da captações como a 3ª Debênture da Movida Participações, parcialmente pela redução das compras de ativos imobilizado operacional em R\$167,4 milhões.

**Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento aumentou em R\$15,8 milhões, passando de R\$5,8 milhões em 31 de março de 2018 para R\$21,6 milhões em 31 de março de 2019 principalmente os gastos com intangível que aumentou em R\$12,9 milhões, ou 816,2%, passando de R\$1,6 milhão em 31 de março de 2018 para R\$14,5 milhões em 31 de março de 2019, especialmente devido à implantação de softwares como Nova Estrutura de Segurança, Gestão Controle Frota e Precificação Flexível.

**Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento aumentou em R\$90,2 milhões, passando de R\$23,3 milhões em 31 de março de 2018 para R\$113,5 milhões em 31 de março de 2019. Esse movimento ocorreu principalmente devido a Emissões de Debêntures que foi de R\$600,0 milhões no período e se refere à 3ª emissão da Movida Participações, parcialmente compensado pelo aumento nos pagamentos de debêntures, empréstimos e financiamentos, que foi de R\$461,3 milhões.

**Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa**

Os Diretores da Companhia informam que houve uma redução na utilização do caixa e equivalentes de caixa em R\$14,9 milhões, passando de um consumo de R\$115,9 milhões em 31 de março de 2018 para R\$101,0 milhões em 31 de março de 2019, fruto final das variações acima detalhadas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH	R\$
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>-1.018.773</b>	<b>670,7%</b>	<b>-1.020.472</b>	<b>-285,2%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>1.699</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>-50.493</b>	<b>33,2%</b>	<b>-18.085</b>	<b>-5,1%</b>	<b>179,2%</b>	<b>-32.408</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>917.367</b>	<b>-603,9%</b>	<b>1.396.362</b>	<b>390,3%</b>	<b>-34,3%</b>	<b>-478.995</b>
<b><u>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</u></b>	<b><u>-151.899</u></b>	<b><u>100,0%</u></b>	<b><u>357.805</u></b>	<b><u>100,0%</u></b>	<b><u>-142,5%</u></b>	<b><u>-509.704</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
No início do exercício	411.381	-270,8%	53.576	15,0%	667,8%	357.805
No final do exercício	259.482	-170,8%	411.381	115,0%	-36,9%	-151.899
<b>Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-151.899</b>	<b>100,0%</b>	<b>357.805</b>	<b>100,0%</b>	<b>-142,5%</b>	<b>-509.704</b>

**Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa utilizado nas atividades operacionais reduziu em R\$1,7 milhão, passando de R\$1.020,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.018,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse movimento ocorreu principalmente devido à redução dos recebimentos líquidos (contas a receber) de R\$253,5 milhões, parcialmente compensados, por resgates líquidos de títulos e valores mobiliários de R\$121,9 milhões e redução de imobilizado operacional de R\$79,5 milhões e redução nos pagamentos líquidos aos fornecedores de R\$62,1 milhões.

**Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento**

Os Diretores da Companhia informam que o houve um aumento no caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R\$32,4 milhões, passando de R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse movimento ocorreu principalmente devido ao aumento na compra de ativo imobilizados de R\$13,6 milhões, relacionado principalmente ao investimento na estrutura da sede administrativa e gastos com ativos intangíveis aumentou de R\$21,1 milhões, majoritariamente devido à implantação de softwares como SAP e CRM.

**Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento reduziu em R\$479,0 milhões. Este resultado está relacionado ao aumento de capital do IPO líquido dos custos de oferta de R\$499,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, parcialmente compensados pelo aumento de capital mediante subscrição de ações de R\$312,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Além disso, os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2018 houve um aumento dos pagamentos de arrendamento financeiro empréstimos e financiamentos e debêntures de R\$533,6 milhões, parcialmente compensado pelo aumento das emissões de debêntures e captação de novos empréstimos e financiamentos de R\$187,8 milhões.

**Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa**

Os Diretores da Companhia informam que a variação do caixa e equivalentes de caixa foi negativa em R\$509,7 milhões, passando de uma geração de R\$357,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um consumo de R\$151,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, fruto final das variações acima detalhadas.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH	R\$
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>-1.020.472</b>	<b>-285,2%</b>	<b>-204.447</b>	<b>50,2%</b>	<b>399,1%</b>	<b>-816.025</b>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>-18.085</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-31.983</b>	<b>7,9%</b>	<b>-43,5%</b>	<b>13.898</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>1.396.362</b>	<b>390,3%</b>	<b>-170.573</b>	<b>41,9%</b>	<b>-918,6%</b>	<b>1.566.935</b>
<b><u>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</u></b>	<b><u>357.805</u></b>	<b><u>100,0%</u></b>	<b><u>-407.003</u></b>	<b><u>100,0%</u></b>	<b><u>-187,9%</u></b>	<b><u>764.808</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
No início do exercício	53.576	15,0%	460.579	-113,2%	-88,4%	-407.003
No final do período	411.381	115,0%	53.576	-13,2%	667,8%	357.805
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>357.805</b>	<b>100,0%</b>	<b>-407.003</b>	<b>100,0%</b>	<b>-187,9%</b>	<b>764.808</b>

**Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa utilizado nas atividades operacionais reduziu em R\$816,0 milhões, passando de R\$204,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.020,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse movimento ocorreu principalmente devido ao aumento na compra de ativos imobilizados operacionais de R\$1.722,2 milhões em 2016 para R\$2.491,7 milhões em 2017, relacionado à compra de 10 mil carros devido à necessidade de renovação da frota.

**Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento**

Os Diretores da Companhia informam que o houve uma redução no caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R\$13,9 milhões, passando de R\$32,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse movimento ocorreu principalmente devido à redução na compra de ativos imobilizados de R\$28,0 milhões em 2016 para R\$9,5 milhões em 2017, parcialmente compensado pela aquisição por compra de empresas em 2017 com pagamento em caixa de R\$3,4 milhões.

**Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido das atividades de financiamento aumentou de uma caixa utilizado de R\$170,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para um caixa gerado de R\$1.396,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este resultado se deve ao aumento de capital do IPO líquido dos custos de oferta de R\$499,6 milhões em 2017 mais a captação de novos empréstimos e financiamentos e debêntures de R\$1.154,0 milhões comparado à R\$155,2 milhões em 2016 e redução nos pagamentos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e debêntures de R\$171,3 milhões em 2017 comparada com R\$312,9 milhões em 2016, parcialmente compensado pelo aumento nos dividendos pagos de R\$86,0 milhões em 2017 comparado com R\$16,5 milhões em 2016.

**Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa**

Os Diretores da Companhia informam que a variação do caixa e equivalentes de caixa foi positiva em R\$764,8 milhões, passando de um consumo de R\$407,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para uma geração de R\$357,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, fruto final das variações acima detalhadas.

**BALANÇO PATRIMONIAL****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

ATIVO	31 de dezembro de 2018	AV	31 de março de 2019	AV	AH	R\$
<b>Circulante</b>						

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Caixa e equivalentes de caixa	259.482	5,0%	158.463	2,7%	-38,9%	(101.019)
Títulos e valores mobiliários	552.669	10,6%	711.198	12,1%	28,7%	158.529
Contas a receber	351.896	6,8%	457.150	7,8%	29,9%	105.254
Tributos a recuperar	48.202	0,9%	51.619	0,9%	7,1%	3.417
Outros créditos	282	0,0%	-	0,0%	-100,0%	(282)
Despesas antecipadas	6.134	0,1%	38.804	0,7%	532,6%	32.670
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	215.901	4,2%	337.481	5,7%	56,3%	121.580
Adiantamento de Terceiros	1.375	0,0%	4.954	0,1%	260,3%	3.579
	1.435.941	27,7%	1.759.669	29,9%	22,5%	323.728
<b>Não circulante</b>						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.748	0,7%	40.929	0,7%	14,5%	5.181
Depósitos judiciais	1.136	0,0%	1.355	0,0%	19,3%	219
Tributos a recuperar	19.048	0,4%	19.048	0,3%	0,0%	-
Contas a receber	4.114	0,1%	4.114	0,1%	0,0%	-
	60.046	1,2%	65.446	1,1%	9,0%	5.400
Investimentos	1.043	0,0%	1.059	0,0%	1,5%	16
Imobilizado	3.647.351	70,2%	3.990.307	67,9%	9,4%	342.956
Intangível	47.920	0,9%	62.309	1,1%	30,0%	14.389
	3.696.314	71,2%	4.053.675	69,0%	9,7%	357.361
<b>Total do ativo</b>	<b>5.192.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.878.790</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>686.489</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>AV</b>	<b>31 de março de 2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>R\$</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	364.344	7,0%	491.945	8,4%	35,0%	127.601
Risco sacado a pagar – Montadoras	-	0,0%	-	0,0%	n.a.	-
Debêntures	117.078	2,3%	112.369	1,9%	-4,0%	(4.709)
Arrendamentos a pagar	1.958	0,0%	32.857	0,6%	1.578,1%	30.899
Fornecedores	972.671	18,7%	1.348.560	22,9%	38,6%	375.889
Obrigações trabalhistas	48.425	0,9%	47.922	0,8%	-1,0%	(503)
Tributos a recolher	7.885	0,2%	11.144	0,2%	41,3%	3.259
IR e CS a pagar	9.319	0,2%	6.172	0,1%	-33,8%	(3.147)
Outras contas a pagar	66.733	1,3%	70.562	1,2%	5,7%	3.829
Dividendos a pagar	54.468	1,0%	71.468	1,2%	31,2%	17.000
	1.642.881	31,6%	2.192.999	37,3%	<b>33,5%</b>	550.118
Empréstimos e financiamentos	681.590	13,1%	462.709	7,9%	-32,1%	(218.881)
Debêntures	1.100.659	21,2%	1.325.053	22,5%	20,4%	224.394
Arrendamentos a pagar	303	0,0%	99.837	1,7%	32849,5%	99.534
Provisão para demandas judiciais e administrativas	5.509	0,1%	6.710	0,1%	21,8%	1.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101.317	2,0%	109.547	1,9%	8,1%	8.230
Outras contas a pagar	1.200	-	1.110	0,0%	-7,5%	(90)
	1.890.578	36,4%	2.004.966	34,1	<b>6,1%</b>	114.388
Capital social	1.490.141	28,7%	1.490.141	25,3%	0,0%	-
Reserva de capital	50.973	1,0%	50.973	0,9%	0,0%	-
Ações em tesouraria	(8.518)	-0,2%	(8.518)	-0,1%	0,0%	-
Reservas de lucros	126.246	2,4%	148.229	2,5%	17,4%	21.983
	1.658.842	31,9%	1.680.825	28,6%	1,3%	21.983
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.658.842</b>	<b>31,9%</b>	<b>1.680.825</b>	<b>28,6%</b>	<b>1,3%</b>	<b>21.983</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.192.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.878.790</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>686.489</b>

**Ativo**

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de março de 2019, o total do ativo aumentou em R\$686,6 milhões, passando de R\$5.192,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$5.878,9 milhões, conforme detalhamento abaixo.

**Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)**

O caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia aumentaram em R\$57,5 milhões, ou 7,1%, passando de R\$812,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$869,7 milhões em 31 de março de 2019. O saldo final do caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários foi impactado por captações como a 3ª emissão de Debêntures da Movida Participações, parcialmente compensadas pela compra de mais de 2 mil carros para expansão da frota, pagamento de juros



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debentures e pagamento de imposto de renda e contribuição social.

### ***Contas a Receber (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber aumentaram em R\$105,3 milhões, ou 29,6% passando de R\$356,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$461,3 milhões em 31 de março de 2019, derivado majoritariamente do maior volume de carros vendidos através da operação Seminovos Movida.

### ***Tributos a recuperar (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$3,4 milhões, ou 5,1%, passando de R\$67,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$70,6 milhões em 31 de março de 2019, principalmente devido ao aumento do IR retido na fonte.

### ***Despesas antecipadas***

Os Diretores da Companhia informam que as despesas antecipadas aumentaram em R\$32,7 milhões, passando de R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$38,8 milhões em 31 de março de 2019, relacionado principalmente com o valor de seguros a apropriar.

### ***Ativo imobilizado disponibilizado para venda (renovação da frota)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou em R\$121,6 milhões, ou 56,3%, passando de R\$215,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$337,5 milhões em 31 de março de 2019 devido ao aumento dos veículos disponíveis para venda.

### ***Imobilizado***

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$342,9 milhões, ou 9,4% passando de R\$3.647,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.990,3 milhões em 31 de março de 2019. A variação é relacionada principalmente com a aquisição de veículos para expansão da frota, parcialmente compensado pela transferência de veículos para bens disponíveis para a venda.

### ***Intangível***

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$14,4 milhões, ou 30,1%, passando de R\$47,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$62,3 milhões em 31 de março de 2019, principalmente relacionado ao investimento em software no período.

### ***Passivo***

#### ***Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos diminuiu em R\$91,3 milhões, ou 8,7%, passando de R\$1.045,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$954,6 milhões em 31 de março 2019. Esse aumento ocorreu em função da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia no valor de R\$600,0 milhões ocorrida no período.

#### ***Debêntures (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$219,7 milhões, ou 18,0%, passando de R\$1.217,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.437,5 milhões em 31 de março de 2019 devido às captações realizadas, como estratégia de alongamento da dívida.

#### ***Arrendamentos (curto e longo prazos)***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamentos aumentaram em R\$130,3 milhões, passando de R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$132,6 milhões em 31 de março de 2019, devido à amortização de parcelas no período somado a mudança do perfil de financiamento, com maiores prazos e menores custos de captação.

### ***Fornecedores***

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de março 2019, o saldo de fornecedores era de R\$1.348,6 milhões, aumento de R\$375,9 milhões, ou 38,6% na comparação com o total de R\$972,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente relacionado a compra de veículo realizado ao longo do ano.

### ***Obrigações trabalhistas***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas diminuíram em R\$0,5 milhões, ou 1,0%, passando de R\$48,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$47,9 milhões em 31 de março de 2019.

### ***Dividendos e juros sobre o capital próprio***

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aumentaram R\$17,0 milhões, ou 31,2% passando de R\$54,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$71,5 milhões em 31 de março de 2019, devido da contabilização dos juros sobre capital próprio a serem pagos em 2019, oriundo do aumento do lucro líquido da Companhia em 2018.

### ***Imposto de Renda e contribuição social diferidos***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentaram em R\$8,2 milhões, ou 8,1%, passando de R\$101, 3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$109,5 milhões em 31 de março de 2019, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, somado às diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

### **Patrimônio Líquido**

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido aumentou em R\$22,0 milhões, ou 1,3%, alcançando R\$1.680,8 milhões em 31 de março de 2019 partindo de R\$1.658,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento de capital e do lucro líquido do exercício parcialmente compensado pela distribuição de lucros – dividendos e juros sobre capital próprio.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>ATIVO</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>AV</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>R\$</b>
<b><i>Circulante</i></b>						
Caixa e equivalentes de caixa	411.381	10,3%	259.482	5,0%	-36,9%	(151.899)
Títulos e valores mobiliários	372.228	9,3%	552.669	10,6%	48,5%	180.441
Contas a receber	157.921	3,9%	351.896	6,8%	122,8%	193.975
Tributos a recuperar	36.179	0,9%	48.202	0,9%	33,2%	12.023
Outros créditos	2.300	0,1%	282	0,0%	-87,7%	(2.018)
Despesas antecipadas	9.107	0,2%	6.134	0,1%	-32,6%	(2.973)
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	170.849	4,3%	215.901	4,2%	26,4%	45.052
Adiantamento de Terceiros	1.373	0,0%	1.375	0,0%	0,1%	2
	1.161.338	29,0%	1.435.941	27,7%	23,6%	274.603
<b><i>Não circulante</i></b>						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.410	0,5%	35.748	0,7%	94,2%	17.338
Depósitos judiciais	833	0,0%	1.136	0,0%	36,4%	303

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Tributos a recuperar	-	0,0%	19.048	0,4%	n.a.	19.048
Contas a receber	2.528	0,1%	4.114	0,1%	62,7%	1.586
	21.771	0,5%	60.046	1,2%	175,8%	38.275
Investimentos	-	0,0%	1.043	0,0%	n.a.	1.043
Imobilizado	2.799.625	69,9%	3.647.351	70,2%	30,3%	847.726
Intangível	23.736	0,6%	47.920	0,9%	101,9%	24.184
	2.823.361	70,5%	3.696.314	71,2%	30,9%	872.953
<b>Total do ativo</b>	<b>4.006.470</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.192.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>29,6%</b>	<b>1.185.831</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>AV</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>R\$</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	215.776	5,4%	364.344	7,0%	68,9%	148.568
Risco sacado a pagar – Montadoras	228.769	5,7%	-	0,0%	-100,0%	(228.769)
Debêntures	321.943	8,0%	117.078	2,3%	-63,6%	(204.865)
Arrendamentos financeiros a pagar	57.140	1,4%	1.958	0,0%	-96,6%	(55.182)
Fornecedores	716.062	17,9%	972.671	18,7%	35,8%	256.609
Obrigações trabalhistas	29.142	0,7%	48.425	0,9%	66,2%	19.283
Tributos a recolher	14.849	0,4%	7.885	0,2%	-46,9%	(6.964)
IR e CS a pagar	-	0,0%	9.319	0,2%	n.a.	9.319
Outras contas a pagar	18.560	0,5%	66.733	1,3%	259,6%	48.173
Dividendos a pagar	13.536	0,3%	54.468	1,0%	302,4%	40.932
	1.615.777	40,3%	1.642.881	31,6%	1,7%	27.104
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	632.458	15,8%	681.590	13,1%	7,8%	49.132
Debêntures	398.016	9,9%	1.100.659	21,2%	176,5%	702.643
Arrendamentos financeiros a pagar	6.938	0,2%	303	0,0%	-95,6%	(6.635)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.451	0,1%	5.509	0,1%	59,6%	2.058
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.990	1,6%	101.317	2,0%	55,9%	36.327
Outras contas a pagar	-	0,0%	1.200	-	n.a.	1.200
	1.105.853	27,6%	1.890.578	36,4%	71,0%	784.725
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	1.177.581	29,4%	1.490.141	28,7%	26,5%	312.560
Reserva de capital	50.443	1,3%	50.973	1,0%	1,1%	530
Ações em tesouraria	-	0,0%	(8.518)	-0,2%	n.a.	(8.518)
Reservas de lucros	56.816	1,4%	126.246	2,4%	122,2%	69.430
	1.284.840	32,1%	1.658.842	31,9%	29,1%	374.002
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.284.840</b>	<b>32,1%</b>	<b>1.658.842</b>	<b>31,9%</b>	<b>29,1%</b>	<b>374.002</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.006.470</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.192.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>29,6%</b>	<b>1.185.831</b>

**Ativo**

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2018, o total do ativo apresentou um aumento de R\$1.186,0 milhões, ou 29,6%, passando de R\$4.006,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$5.192,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, conforme detalhamento abaixo.

**Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)**

O caixa e equivalente de caixa e título e valores monetários da Companhia aumentaram em R\$28,6 milhões passando de R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$812,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. O saldo final do caixa e equivalente de caixa e título e valores monetários é decorrente das captações efetivadas no período, do aumento de capital, parcialmente compensado por uma utilização do fluxo de caixa nas atividades operacionais decorrente da aquisição de veículos.

**Contas a Receber (curto e longo prazos)**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber aumentaram em R\$195,6 milhões, ou 121,9%, passando de R\$160,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$356,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, derivado especialmente do aumento de vendas de ativos no atacado concentrados no final do ano de 2018, que possuem um maior prazo médio de recebimento.

### ***Tributos a recuperar (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$31,0 milhões, ou 85,6%, passando de R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$67,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao aumento do PIS/COFINS devido ao valor residual do reconhecimento de créditos extemporâneos, e IRPJ e CSLL a compensar de retenções e antecipações efetuadas durante o exercício de 2018 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores..

### ***Ativo imobilizado disponibilizado para venda (renovação da frota)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou em R\$45,1 milhões, ou 26,4%, passando de R\$170,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$215,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido ao aumento dos veículos disponíveis para venda.

### ***Imobilizado***

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$847,8 milhões, ou 30,3%, passando de R\$2.799,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.647,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada principalmente com a adição de veículos para expansão da frota parcialmente compensado pela transferência de veículos para bens disponíveis para a venda.

### ***Intangível***

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$24,2 milhões, ou 102,1%, passando de R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$47,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente relacionado ao investimento em software no período.

### ***Passivo***

#### ***Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$197,6 milhões, ou 23,3%, passando de R\$848,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.045,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu em função das novas captações de Notas Promissórias, CCB e FNE ocorridas no período.

#### ***Risco sacado a pagar - Montadoras***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de risco sacado a pagar (montadoras) reduziu em R\$228,8 milhões, ou 100%, passando de R\$228,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para inexistente em 31 de dezembro de 2018 em função da nova estratégia de financiamento da Companhia.

#### ***Debêntures (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$497,9 milhões, ou 69,2%, passando de R\$719,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.217,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido à captações realizadas em 2018, como estratégia de alongamento da dívida.

#### ***Arrendamento financeiro (curto e longo prazos)***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamento financeiro reduziram em R\$61,7 milhões, ou 96,5%, passando de R\$64,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido à amortização de parcelas no período somado a mudança do perfil de financiamento.

### ***Fornecedores***

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro 2018, o saldo de fornecedores era de R\$972,7 milhões, aumento de R\$256,6 milhões, ou 35,8% na comparação com o total de R\$716,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente relacionado a compra de veículos realizada ao longo de 2018.

### ***Obrigações trabalhistas***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas aumentaram em R\$19,3 milhões, ou 66,3%, passando de R\$29,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$48,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da expansão no quadro de colaboradores, que passou de 2.953 no final de 2017 para 3.604 em 31 de dezembro de 2018.

### ***Dividendos e juros sobre o capital próprio***

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aumentaram R\$41,1 milhões, ou 306,7% passando de R\$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$54,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido à contabilização dos juros sobre capital próprio a serem pagos em 2019, oriundo do aumento do lucro líquido da Companhia em 2018.

### ***Imposto de Renda e contribuição social diferidos***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentaram em R\$36,3 milhões, ou 55,8%, passando de R\$65,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$101,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, somado às diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

### **Patrimônio Líquido**

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido aumentou em R\$374,0 milhões, ou 29,1%, passando de R\$1.284,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.658,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento de capital e do lucro líquido do exercício parcialmente compensado pela distribuição de lucros – dividendos e juros sobre capital próprio.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

ATIVO	31 de dezembro de 2016	AV	31 de dezembro de 2017	AV	AH	R\$
<b><i>Circulante</i></b>						
Caixa e equivalentes de caixa	53.576	1,9%	411.381	10,3%	667,8%	357.805
Títulos e valores mobiliários	69.935	2,5%	372.228	9,3%	432,2%	302.293
Contas a receber	215.516	7,7%	157.921	3,9%	-26,7%	(57.595)
Tributos a recuperar	12.891	0,5%	36.179	0,9%	180,7%	23.288
Outros créditos	12.708	0,5%	2.300	0,1%	-81,9%	(10.408)
Despesas antecipadas	6.020	0,2%	9.107	0,2%	51,3%	3.087
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	191.068	6,8%	170.849	4,3%	-10,6%	(20.219)
Partes relacionadas	3.624	0,1%	-	0,0%	-100,0%	(3.624)
Adiantamento de Terceiros	-	0,0%	1.373	0,0%	-	1.373
	565.338	20,3%	1.161.338	29,0%	105,4%	596.000

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Não circulante</b>						
Ativos mantidos para distribuição aos acionistas	4.585	0,2%	-	0,0%	-100,0%	(4.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	230	0,0%	18.410	0,5%	7904,3%	18.180
Depósitos judiciais	348	0,0%	833	0,0%	139,4%	485
Contas a receber	-	0,0%	2.528	0,1%	n.a.	2.528
	5.163	0,2%	21.771	0,5%	321,7%	16.608
Imobilizado	2.202.890	79,0%	2.799.625	69,9%	27,1%	596.735
Intangível	16.322	0,6%	23.736	0,6%	45,4%	7.414
	2.219.212	79,7%	2.823.361	70,5%	27,2%	604.149
<b>Total do ativo</b>	<b>2.789.713</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.006.470</b>	<b>100,0%</b>	<b>43,6%</b>	<b>1.216.757</b>

PASSIVO	31 de dezembro de 2016	AV	31 de dezembro de 2017	AV	AH	R\$
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	11.559	0,4%	215.776	5,4%	1766,7%	204.217
Risco sacado a pagar - Montadoras	433.100	15,5%	228.769	5,7%	-47,2%	(204.331)
Debêntures	10.418	0,4%	321.943	8,0%	2990,3%	311.525
Arrendamentos financeiros a pagar	56.080	2,0%	57.140	1,4%	1,9%	1.060
Fornecedores	848.919	30,4%	716.062	17,9%	-15,7%	(132.857)
Obrigações trabalhistas	21.221	0,8%	29.142	0,7%	37,3%	7.921
Tributos a recolher	8.130	0,3%	14.849	0,4%	82,6%	6.719
Outras contas a pagar	15.864	0,6%	18.560	0,5%	17,0%	2.696
Partes relacionadas	5.945	0,2%	0	0,0%	-100,0%	(5.945)
Dividendos a pagar	85.964	3,1%	13.536	0,3%	-84,3%	(72.428)
	1.497.200	53,7%	1.615.777	40,3%	7,9%	118.577
<b>Não circulante</b>						
Passivos mantidos para distribuição aos acionistas	3.585	0,1%	-	-	-100,0%	(3.585)
Empréstimos e financiamentos	172.845	6,2%	632.458	15,8%	265,9%	459.613
Debêntures	298.863	10,7%	398.016	9,9%	33,2%	99.153
Arrendamentos financeiros a pagar	57.321	2,1%	6.938	0,2%	-87,9%	(50.383)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	194	0,0%	3.451	0,1%	1678,9%	3.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.940	1,4%	64.990	1,6%	71,3%	27.050
	570.748	20,5%	1.105.853	27,6%	93,8%	535.105
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	715.629	25,7%	1.177.581	29,4%	64,6%	461.952
Reserva de capital	-	0,0%	50.443	1,3%	-	50.443
Reservas de lucros	6.136	0,2%	56.816	1,4%	825,9%	50.680
	721.765	25,9%	1.284.840	32,1%	78,0%	563.075
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>721.765</b>	<b>25,9%</b>	<b>1.284.840</b>	<b>32,1%</b>	<b>78,0%</b>	<b>563.075</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.789.713</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.006.470</b>	<b>100,0%</b>	<b>43,6%</b>	<b>1.216.757</b>

**Ativo**

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2017, o total do ativo apresentou um aumento de R\$1.216,6 milhões, ou 43,6%, passando de R\$2.789,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.006,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, conforme detalhamento abaixo.

**Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)**

O caixa e equivalente de caixa e título e valores mobiliários da Companhia aumentaram em R\$660,1 milhões, ou 534,5%, passando de R\$123,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. O saldo final do caixa e equivalente de caixa e título e valores mobiliários decorrem dos recursos captados por meio da oferta inicial de ações da Companhia (IPO) no valor líquido dos custos de oferta de R\$499,6 milhões, além de captações efetivadas no período como novos empréstimos e financiamentos e debentures, compensadas por compras de ativo fixo operacional, amortizações e pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos, arrendamento financeiro, debentures e risco sacado.

**Contas a Receber (curto e longo prazos)**

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber diminuíram em R\$55,1 milhões, ou - 25,6% passando de R\$215,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$160,4 milhões em 31 de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2017, derivado da diminuição do prazo médio de recebimento, aumento da provisão de para perdas esperadas e melhora nos procedimentos de cobrança adotados.

### ***Tributos a recuperar (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$23,3 milhões, ou 180,6%, passando de R\$12,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao aumento do PIS/COFINS, IRL e CSLL no período, como reflexo de uma decisão do STJ no 2T18 que embasou a tomada de créditos de PIS/COFINS em contas antes não consideradas pela Companhia.

### ***Ativo imobilizado disponibilizado para venda (renovação da frota)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo diminuiu R\$20,3 milhões, ou 10,6%, passando de R\$191,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$170,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 devido a redução dos veículos disponíveis para venda como estratégia de melhoria da gestão de capital de giro.

### ***Imobilizado***

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$596,7 milhões, ou 27,1%, passando de R\$2.202,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.799,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação é relacionada principalmente com adições de veículos para expansão da frota parcialmente compensado pela transferência de veículos para bens disponíveis para a venda.

### ***Intangível***

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$7,4 milhões, ou 45,4%, passando de R\$16,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente relacionado ao investimento em software no período e ao ágio sobre rentabilidade futura proveniente da aquisição da Movida Premium.

### ***Passivo***

#### ***Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$663,9 milhões, ou 360,0%, passando de R\$184,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$848,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu em função das novas captações de Notas Promissórias, CCB e FNE ocorridas no exercício.

#### ***Risco sacado a pagar - Montadoras***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de risco sacado a pagar (montadoras) reduziu em R\$204,3 milhões, ou 47,2%, passando de R\$433,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$228,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em função da estratégia da Companhia de diminuir a participação desta linha de financiamento.

#### ***Debêntures (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$410,6 milhões, ou 132,8%, passando de R\$309,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$719,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 devido à primeira captação a mercado por meio da Movida Participações S.A., como estratégia de alongamento da dívida.

#### ***Arrendamento financeiro (curto e longo prazos)***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamento financeiro reduziram em R\$49,4 milhões, ou 43,6%, passando de R\$113,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$64,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido à amortização de parcelas no período somado a mudança do perfil de financiamento, com maiores prazos e menores custos de captação.

***Fornecedores***

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro 2017, o saldo de fornecedores era de R\$716,1 milhões, diminuição de R\$132,8 milhões, ou 15,6% na comparação com o total de R\$848,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente relacionado ao pico de compras de veículos realizado no final de 2016.

***Obrigações trabalhistas***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas aumentaram em R\$7,9 milhões, ou 37,3%, passando de R\$21,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$29,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função da expansão no quadro de colaboradores, que passou de 2.602 no final de 2016 para 2.953 em 31 de dezembro de 2017.

***Dividendos e juros sobre o capital próprio***

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar diminuíram R\$72,6 milhões, ou 84,3% passando de R\$86,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido à efetivação do pagamento dos dividendos no início de 2017 e da contabilização dos juros sobre capital próprio a serem pagos em 2018.

***Imposto de Renda e contribuição social diferidos***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentou em R\$27,1 milhões, ou 71,5%, passando de R\$37,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$65,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, somado às diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelo aumento do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

***Patrimônio Líquido***

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido aumentou em R\$563,0 milhões, ou - 78,0%, passando de R\$721,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.284,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do IPO e do lucro líquido do exercício parcialmente compensado pela distribuição de lucros – dividendos e juros sobre capital próprio.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****(a) Resultados das operações da Companhia, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

As principais fontes de receita da Companhia são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, que consistem na (i) locação de veículos (segmentos de RAC e GTF); (ii) desmobilização de ativos utilizados para locação de veículos.

A receita de RAC é derivada do volume de diárias e do preço médio por diária, a qual varia de acordo com o prazo de locação, classe de veículos e serviços adicionais. A receita de GTF é oriunda de um valor de locação mensal, baseado no valor do carro e no prazo do contrato. A receita de venda de ativos é reflexo do volume de carros vendidos e preço médio.

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram constatadas variações nas receitas diretamente decorrentes das modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia**

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a ser pago da dívida da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a queda do CDI nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 e 31 de março de 2019 impactou positivamente a Companhia devido a redução do custo de dívida.

A Companhia possui ainda, em menor parte, contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP. Os Diretores da Companhia esclarecem que a redução da TJLP nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 e 31 de março de 2019, impactou positivamente a Companhia devido à redução dessas taxas.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 e 31 de março de 2019, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação, tão pouco da variação de preços dos insumos (combustível, peças e manutenção, dentre outros) ou do câmbio.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve introdução ou alienação de um novo segmento operacional.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária****Aquisição da BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda. ("BVHD")**

Em 11 agosto de 2017, a Movida Participações S.A firmou o contrato de compra e venda da BVHD, que atuava sob a marca "*Fleet Services*" e após a aquisição passou a atuar sob a marca "Movida Premium". Localizada na cidade de São Paulo, a controlada presta serviços no segmento de locação corporativa de veículos de luxo possuindo uma frota de 153 veículos, com alto valor agregado, com a receita média por carro 5 vezes maior do que um veículo popular. Como resultado da aquisição, espera-se que a Movida aumente sua presença no mercado de aluguel de carros de luxo aumentando seu portfólio de produtos.

Foi utilizado como data base para formação do preço de aquisição o balanço patrimonial encerrado em 30 de junho de 2017.

O valor da contraprestação paga foi determinado, da seguinte forma:

<b>Em milhares de reais</b>	<b>Valores contraprestação</b>
Preço contratual da aquisição	22.000
Caixa líquido na data do contrato	332
	<b>22.332</b>
(-) Dívida de Empréstimo assumido	(17.532)
(-) Dívida da vendedora com a Movida	(465)
<b>Total das contraprestações</b>	<b>4.335</b>
Reserva de contingência (i)	(570)
<b>Caixa desembolsado pela controladora</b>	<b>3.765</b>
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	(393)
<b>Caixa efetivo desembolsado na operação</b>	<b>3.372</b>

(i) O montante de R\$ 570 mil ficará retido pela Movida Participações pelo prazo de seis anos, como garantia de eventuais contingências. Na data da aquisição não havia valores reconhecidos de provisão para contingências na adquirida.

Em 20 de setembro de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a aquisição da BVHD. Em 11 de outubro de 2017, conforme termo de fechamento, a Movida obteve o controle da operação.

O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição conforme laudo elaborado com a data base de 30 de setembro de 2017 está demonstrado a seguir:

<b>Em milhares de reais</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Ajuste de Valor Justo</b>	<b>Valor Justo na data da aquisição</b>
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	393	-	393
Imobilizado	15.571	1.665	17.236
Intangível	7	505	512

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

Demais ativos	914	-	914
<b>Total do ativo</b>	<b>16.885</b>	<b>2.170</b>	<b>19.055</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	495	-	495
Empréstimos e financiamentos	14.965	1.376	16.341
Demais passivos	538	-	538
<b>Total do passivo</b>	<b>15.998</b>	<b>1.376</b>	<b>17.374</b>
<b>Total do ativo líquido</b>			<b>1.681</b>
<b>Valor justo da contraprestação paga</b>			<b>4.335</b>
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)</b>			<b>2.654</b>

**ii) Impacto das combinações de negócios**

As combinações de negócios de 2017 contribuíram com receita líquida de R\$ 2.180 mil e resultado de R\$ 486 mil da data de aquisição até 31 de dezembro de 2017 no resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R\$9.084 mil e o lucro líquido consolidado do exercício seria reduzido em R\$ 1.645 mil.

**iii) Custo da negociação**

A Companhia incorreu custo relacionados à aquisição no valor de R\$140 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *Due Dilligence*, classificados em despesas administrativas da Companhia na demonstração do resultado.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Em 31 de agosto de 2016, a Movida, como parte do projeto de sua controladora, JSL S.A. de estruturar os negócios do seu grupo econômico, concluiu a transferência de ativos e passivos das unidades de negócios de locação de veículos pesados, máquinas e veículos leves com serviços agregados (motorista), que eram geridos pela controlada Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico, através de cisão parcial.

O objetivo da referida operação foi readequar as suas linhas de negócios com a alocação dos ativos e passivos para as empresas que desenvolvem atividades correspondentes.

Abaixo demonstramos os valores das demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa das operações mantidas para distribuição aos acionistas em 31 de dezembro de 2016 e o valor residual em 31 de dezembro de 2017, após efetuada a referida reestruturação.

**i) Demonstrações dos resultados:****Em milhares de reais**

	<b>31/12/2017</b>
Receita líquida da prestação de serviços e da venda de ativos	30.561
( - ) Custo da prestação de serviços	(18.612)
( - ) Custo da venda de ativos	(10.855)
<b>( = ) Custo total</b>	<b>(29.467)</b>
<b>( = ) Lucro bruto</b>	<b>1.094</b>
Despesas administrativas e comerciais	(7)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	(11)
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>1.076</b>
Receitas financeiras	20

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

Despesas financeiras	-
<b>( = ) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.096</b>
Impostos e contribuições sobre o lucro	(373)
<b>( = ) Lucro líquido do exercício</b>	<b>723</b>

## ii) Demonstrações dos fluxos de caixa:

**Em milhares de reais**

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucros antes do imposto de renda	1.096
<b>Ajustes para:</b>	<b>11.350</b>
Depreciação / amortização	495
Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	10.855
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>12.446</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
Redução em empréstimos e financiamentos, líquidos	(3.585)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.585)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.861</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os Diretores informam que a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção..

Os Diretores optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, dessa forma, não será requerida a reapresentar saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

**1. CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente**

Os Diretores da Companhia concluíram que devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita, os seguintes critérios:

**i. Receita de prestação de serviços (locação de veículos)**

A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

**ii. Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços**

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

**iii. Receita de juros**

A Companhia realizou um estudo do CPC 47 / IFRS 15, e durante essa análise os Diretores entenderem que parte dos valores anteriormente reconhecidos como receitas auferidas, por força da nova regra em vigor desde 1º de janeiro de 2018 deveriam ser reclassificados para o grupo de custos.

Os efeitos estão demonstrados na tabela a seguir:

**Em milhares de reais**

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Divulgado 31/12/2017</b>	<b>Ajustes adoção CPC 47 / IFRS 15 (a)</b>	<b>Valor ajustado em 01/01/2018</b>
Receita líquida de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	2.467.983	(66.470)	2.401.513
( - ) Custo das prestações de serviços	(446.657)	66.470	(380.187)
( - ) Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.376.456)	-	(1.376.456)
	<b>(1.823.113)</b>	<b>-</b>	<b>(1.756.643)</b>
( = ) Lucro bruto	<b>644.870</b>	<b>-</b>	<b>644.870</b>
Despesas administrativas	(74.257)	-	(74.257)
Despesas comerciais	(244.624)	-	(244.624)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(73.881)	-	(73.881)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	<b>252.108</b>	<b>-</b>	<b>252.108</b>
Receitas financeiras	55.887	-	55.887
Despesas financeiras	(217.682)	-	(217.682)
( = ) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>90.313</b>	<b>-</b>	<b>90.313</b>
Imposto de renda e contribuição social	(24.570)	-	(24.570)
Lucro líquido das operações	<b>65.743</b>	<b>-</b>	<b>65.743</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Resultado líquido das operações descontinuadas	723	-	723

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>66.466</b>	<b>-</b>	<b>66.466</b>
-----------------------------------	---------------	----------	---------------

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
(a) Reclassificação de reembolso de avarias, a título de reembolso de seus clientes, valores para cobrir os custos incorridos com multas de trânsito, avarias e combustível. A Companhia não inclui margem de lucro nesse tipo de cobrança, não caracterizando uma obrigação de desempenho adicional.	A Companhia por meio de suas controladas recebe Tendo em vista que não existe uma promessa de entrega de serviço relacionada a esses reembolsos e também não há margem de lucro para cobrir os custos incorridos com multas de nessas cobranças, esses reembolsos devem ser demonstrados em linha de transito. A Companhia não redutora dos respectivos custos ou despesas de origem, pois não há obrigação de desempenho adicional.	
(b) Programa de fidelidade	A Companhia por meio de sua Controlada Movida De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a operação de programa de RAC concede ao cliente benefícios futuros de fidelidade se encaixa no conceito de obrigação de desempenho satisfeita serviços e acessórios ou cupons de descontos com em um momento específico no tempo, uma vez que a obrigação só é parceiros comerciais por meio de programa de satisfação no momento em que o cliente resgata os pontos. Em outras palavras, até que o cliente tenha escolhido os bens ou serviços a serem A Companhia atua como principal quando há o fornecidos (pela entidade ou terceiro) ou que os pontos tenham resgate de seus próprios bens ou serviços e como expirados, a entidade não pode satisfazer sua obrigação de agente quando o resgate é feito por produtos de terceiros.	A parcela relativa ao programa de fidelidade que é reconhecida no mesmo momento da locação, deverá ser diferida até o momento de sua realização que é o resgate dos pontos, ou quando os pontos expiram. Além disso, reconhecendo sua atuação como agente, no que diz respeito a troca de pontos por descontos em empresas terceiras, a Companhia reconhecerá como receita, somente a parcela referente à taxa ou comissão que a entidade recebe desses terceiros pelo fornecimento dos serviços.

**2. CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A Companhia realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e os Diretores optaram por classificar seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada do CPC 48 / IFRS 9.

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros ativos que anteriormente estavam classificados como "empréstimos e recebíveis" e o valor contábil era mensurado pela taxa efetiva de juros, foram avaliados. Os modelos de negócios cujo objetivo é obter retorno dos juros e principal de acordo com o IFRS 9 / CPC 38 foram classificados como custo amortizado.

Na data da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos financeiros da Companhia eram os seguintes:

Em milhares de reais			Consolidado	
Ativo Financeiro	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 01/01/2018	
	Mensuração CPC 38 / IAS 39	Valor contábil CPC 38 / IAS 39	Mensuração CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil CPC 48 / IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	8.261	Custo amortizado	8.261
Títulos e valores mobiliários -LFT, LTN, outros títulos	Valor justo por meio do resultado	775.348	Valor justo por meio do resultado	775.348
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	160.449	Custo amortizado	160.449
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	1.386	Custo amortizado	1.386
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	914	Custo amortizado	914

A adoção inicial dos efeitos dos novos pronunciamentos foram contabilizados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, conforme permitidos por esses pronunciamentos.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Os efeitos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 e do CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

Em milhares de reais

	Divulgado 31/12/2017	Ajustes adoção CPC 48 / IFRS 9 (a)	Ajustes adoção CPC 47 / IFRS 15 (b)	Consolidado
				Valor ajustado em 01/01/2018
<b>ATIVOS</b>				
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	783.609	-	-	783.609
Contas a receber	226.644	-	-	226.644
(-) Perdas esperadas ( <i>impairment</i> ) de contas a receber	(68.723)	(23.510)	-	(92.233)
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	170.849	-	-	170.849
Outros ativos circulantes	48.959	-	606	49.565
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>1.161.338</b>	<b>(23.510)</b>	<b>606</b>	<b>1.138.434</b>
Realizável a longo prazo	3.361	-	-	3.361
Impostos de renda e contribuição social diferidos	18.410	-	-	18.410
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado e intangível	2.823.361	-	-	2.823.361
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>2.845.132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.845.132</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>4.006.470</b>	<b>(23.510)</b>	<b>606</b>	<b>3.983.566</b>
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Fornecedores e risco sacado	944.831	-	-	944.831
Empréstimos e financiamentos	215.776	-	-	215.776
Debêntures	321.943	-	-	321.943
Arrendamentos financeiros a pagar	57.140	-	-	57.140
Outros passivos circulantes	76.087	-	313	76.400
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>1.615.777</b>	<b>-</b>	<b>313</b>	<b>1.616.090</b>
Empréstimos e financiamentos	632.458	-	-	632.458
Debêntures	398.016	-	-	398.016
Arrendamentos financeiros a pagar	6.938	-	-	6.938
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.990	(7.993)	100	57.097
Outros passivos circulantes	3.451	-	-	3.451
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>1.105.853</b>	<b>(7.993)</b>	<b>100</b>	<b>1.097.960</b>
Capital social	1.177.581	-	-	1.177.581
Reservas de capital	50.443	-	-	50.443
Reservas de lucros	56.816	(15.517)	193	41.492
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.284.840</b>	<b>(15.517)</b>	<b>193</b>	<b>1.269.516</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>4.006.470</b>	<b>(23.510)</b>	<b>606</b>	<b>3.983.566</b>

**(a) Contabilização do *impairment* de contas a receber**

Perdas esperadas	(23.510)
IRPJ e CSLL diferidos	7.993
<b>Efeito no patrimônio líquido</b>	<b>(15.517)</b>

**(b) Programa de fidelidade e capitalização de comissões sobre vendas**

Programa de fidelidade	(313)
Capitalização de comissões sobre vendas	606
IRPJ e CSLL diferido	(100)
<b>Efeito no patrimônio líquido</b>	<b>193</b>

<b>Efeito total no patrimônio líquido</b>	<b>(15.324)</b>
---	-----------------

**3. Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) (IFRS 16)**

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou a norma sobre Operações de arrendamento mercantil - CPC 06(R2) (IFRS 16) que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários..

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os Diretores optaram pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis e veículos mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

### **As premissas consideradas para adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 na Companhia foram:**

- **Prazo de arrendamento mercantil** – período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia adotou o prazo firmado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido. Determinou-se também o uso da percepção tardia (hindsight), para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
  - **Contratos com prazo indeterminado** – A Companhia é arrendatária em alguns contratos com prazo indeterminado.
  - **Isenção de reconhecimento** – A Companhia optou pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor, considerando ativos subjacentes com valor inferior a R\$ 20 mil. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou da despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.
  - **Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário** – a Companhia considerou, para todos os contratos com partes relacionadas e terceiros, taxas de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma. Para identificar as taxas adotadas, a Companhia considera o custo de captação sobre uma taxa referencial somando o spread de risco da Companhia e ajustando o efeito de garantia, seguindo assim os requerimentos do CPC 06 (R2).
- As taxas utilizadas pela Companhia variam de 4,96% e 7,77% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, bem como o índice de atualização determinado nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros).
- **Mensuração do ativo de direito de uso** – A Companhia optou por excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
  - **Amortização do ativo de direito de uso** – Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato;
  - **Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento** – O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos;
  - **Valor recuperável do ativo de direito de uso** – A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de loja e centros de distribuição; e



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- **Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro** – A Companhia optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

**a) Subarrendamento**

A Controlada Movida RAC (Rent a Car) arrenda veículos à Companhia cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado.

Até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R1), a Companhia reconheceu os passivos e despesa de arrendamento de veículos em contas específicas de operações *intercompany*, pelo valor mensal do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia passou a reconhecer o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, a amortização do direito de uso e ativo de forma linear ao prazo do contrato e os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento como despesa financeira. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos.

**b) Composição dos saldos e movimentação**

Os quadros abaixo apresentam os impactos para arrendamento de imóveis e de veículos. Os imóveis arrendados da Movida estão sob controle e gestão da Movida RAC e são demonstrados nos saldos consolidados. Os veículos estão sob controle e gestão da Movida Participações e tem como arrendador a Movida RAC, conforme descrito no item (b).

Os impactos são apresentados líquidos de PIS e COFINS para arrendamento de imóveis e de veículos, uma vez que a Companhia optou pelo reconhecimento dos impactos líquido dos créditos dos impostos incidentes sob arrendamentos firmados com arrendadores pessoa jurídica.

**Em milhares de reais****Ativo de direito de uso em 31/12/2018**

Adição por adoção inicial IFRS 6

Amortização (i)

**Ativo de direito de uso em 31/03/2019****Passivo de arrendamento em 31/12/2018**

Adição por adoção inicial IFRS 6

Pagamento

Provisão de Juros

**Passivo de arrendamento em 31/03/2019**

Circulante

Não circulante

**Total**

<b>Consolidado</b>	
<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>
-	-
142.013	-
(10.561)	-
<b>131.452</b>	-
<b>Consolidado</b>	
<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>
-	-
142.013	-
(11.996)	-
1.836	-
<b>131.853</b>	-
32.016	-
99.837	-
<b>131.853</b>	-

Vencimento dos arrendamentos:

**Em milhares de reais****Passivo circulante - até 31/03/2020**

de 01/04 a 31/12/2020

2021

2022

2023

2024

Mais de 5 anos

**Total do passivo não circulante****Total**

<b>Consolidado</b>	
<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>
<b>32.016</b>	-
8.674	-
15.330	-
10.287	-
15.750	-
7.287	-
42.509	-
<b>99.837</b>	-
<b>131.853</b>	-

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

(i) Amortização do ativo de direito de uso na demonstração do resultado:

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$ 26.074 mil e R\$ 10.562 mil referente à amortização do ativo de direito de uso de veículos e imóveis, respectivamente, nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os Diretores da Companhia informam que, exceto pelo indicado acima na letra (a), por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias Demonstrações Financeiras.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente ao período findo de 31 de março de 2019 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, de 2017 e de 2016 não contém ressalvas e ênfases.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, International Financial Reporting Standards ("IFRS"), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

Os Diretores informam que realizam julgamentos na aplicação da política contábil de arrendamento quanto a determinação se um contrato contém um arrendamento.

Os Diretores informam que preparam estimativas sobre as seguintes políticas contábeis:

- i) Imobilizado, os Diretores utilizam premissas em relação a definição do valor residual, da vida útil e direitos de uso;
- ii) Provisão para demandas judiciais e administrativas, os Diretores estimam a probabilidade do risco de perda e a magnitude das saídas de recursos;
- iii) Veículos destinados a venda, os Diretores estimam o valor justo desses veículos; e
- iv) Reconhecimento de impostos diferidos ativos, os Diretores verificam a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual os prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b. Natureza e o propósito da operação**

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não existem ativos ou passivos que não são evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****(a) Investimentos**

Os recursos provenientes de potencial oferta pública subsequente de ações de emissão da Companhia serão destinados para realizar investimentos em compras de novos carros, melhorar a estrutura de capital e em inovação e tecnologia.

.

**(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que foram investidos R\$2.403,4 milhões adicionais em imobilizados em 2018, sendo (i) R\$693,2 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$690,4 milhões em frota e R\$2,8 milhões em novos pontos; e (ii) R\$1.639,7 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Neste sentido, os Diretores da Companhia esclarecem que a maior parte do plano de investimentos da Companhia incluiu a expansão e renovação de ativos móveis, basicamente veículos leves.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia utiliza-se de prazo com os fornecedores – montadoras, linhas de capital de giro e emissões de valores mobiliários no mercado nacional, recursos próprios e em menor escala o *leasing* financeiro para a aquisição dos ativos móveis.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Com o objetivo de estruturar os negócios do grupo, a administração da Companhia aprovou uma reestruturação societária com a transferência de ativos e passivos da unidade de negócio de pesados e logística, que estavam na Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico através de cisão parcial. Para mais informações, veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável à Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços**

Não aplicável à Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

A partir de 01 de janeiro de 2017, A Movida passou a apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas. O valor correspondente a esses créditos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 62.567 mil, foi reclassificado na demonstração de resultado consolidado, da rubrica de impostos sobre vendas no grupo de receita líquida para a rubrica custos dos produtos e serviços vendidos:

	<b>Reportado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reclassificado</b>
<b>Receita líquida total</b>	<b>1.893.180</b>	<b>(62.567)</b>	<b>1.830.613</b>
(-) Custo das prestações de serviço e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.448.915)	62.567	(1.386.348)
<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>444.265</b>	<b>-</b>	<b>444.265</b>